

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	13
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	14
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	15
1.10 Informações de sociedade de economia mista	17
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	18
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	19
1.13 Acordos de acionistas	20
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	21
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	22
1.16 Outras informações relevantes	23
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	25
2.2 Resultados operacional e financeiro	30
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	33
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	34
2.5 Medições não contábeis	35
2.6 Eventos subsequentes as DFs	36
2.7 Destinação de resultados	37
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	38
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	39
2.10 Planos de negócios	40
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	43
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	44
3.2 Acompanhamento das projeções	45

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	46
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	51
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	52
4.4 Processos não sigilosos relevantes	53
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	73
4.6 Processos sigilosos relevantes	74
4.7 Outras contingências relevantes	75
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	76
5.2 Descrição dos controles internos	77
5.3 Programa de integridade	79
5.4 Alterações significativas	81
5.5 Outras informações relevantes	82
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	83
6.3 Distribuição de capital	95
6.4 Participação em sociedades	96
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	97
6.6 Outras informações relevantes	98
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	99
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	100
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	101
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	102
7.4 Composição dos comitês	115
7.5 Relações familiares	116
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	117
7.7 Acordos/seguros de administradores	118
7.8 Outras informações relevantes	119
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	120

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	122
8.3 Remuneração variável	126
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	127
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	128
8.6 Outorga de opções de compra de ações	129
8.7 Opções em aberto	130
8.8 Opções exercidas e ações entregues	131
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	132
8.10 Outorga de ações	133
8.11 Ações entregues	134
8.12 Precificação das ações/opções	135
8.13 Participações detidas por órgão	136
8.14 Planos de previdência	137
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	138
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	139
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	140
8.18 Remuneração - Outras funções	141
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	142
8.20 Outras informações relevantes	143
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	144
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	149
9.4 Outras informações relevantes	150
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	151
10.1 Descrição dos recursos humanos	152
10.2 Alterações relevantes	153
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	154
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	157
10.5 Outras informações relevantes	158
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	159

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	160
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	163
11.3 Outras informações relevantes	164
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	165
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	167
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	168
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	169
12.5 Mercados de negociação no Brasil	170
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	171
12.7 Títulos emitidos no exterior	172
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	173
12.9 Outras informações relevantes	174
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	175
13.1 Declaração do diretor presidente	176
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	177
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	178

1.1 Histórico do emissor

Histórico do emissor

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.

Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.

Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG, com interveniência de seus então acionistas, com vigência de 30 (trinta) anos, renovável por igual período.

Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.

A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufacturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.

Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, a clientes dos seguimentos residencial, comercial, industrial e termelétrico, nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, sendo que os municípios de Mangaratiba e Maricá são atendidos por meio de sistemas de GNC – Gás Natural Comprimido.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado, GNC e GNL e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas controladas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida		
	2022	2021	2020
GÁS NATURAL	95,0	92,5	92,7
GLP	0,1	0,1	0,1
SERVIÇOS	4,9	7,4	7,2

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Seguimento Operacional	2022		2021		2020	
	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida
Residencial	1.452.925	19,5	1.163.161	20,9	988.646	24,7
Comercial	445.824	6,0	326.360	5,9	227.131	5,7
Automotivo	3.458.552	46,5	2.432.852	43,7	1.606.881	40,2
Petroquímico	0	0,0	0	0	0	0
Cogeração	0	0,0	0	0	0	0
Industrial	1.722.600	23,1	1.231.512	22,1	878.301	22
Termelétrica	0	0,0	1.185	0	10.746	0,3
Serviços	365.545	4,9	414.244	7,4	288.600	7,2
Outros	0	0,0	0	0	0	0
Total	7.445.446	100	5.569.314	100	4.000.305	100

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Seguimento Operacional	2022		2021		2020	
	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido
Residencial	131.712	48,1	224.347	47,2	172.903	49,1
Comercial	31.694	11,6	49.561	10,4	31.708	9
Automotivo	48.245	17,6	67.696	14,3	66.031	18,8
Petroquímico		0,0	0	0	0	0
Cogeração		0,0	0	0	0	0
Industrial	38.385	14,0	52.888	11,1	43.492	12,4
Termelétrica	24.419	8,9	81.732	17,2	37.877	10,8
Serviços	-515	-0,2	-1400	-0,3	64	0
Outros		0,0	0	0	0	0
Total	273.940	100	474.824	100	352.075	100

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever: a. características do processo de produção; b. características do processo de distribuição; c. características dos mercados de atuação, em especial: i. participação em cada um dos mercados; ii. condições de competição nos mercados; d. eventual sazonalidade; e. principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; iii. eventual volatilidade em seus preços.

A Companhia é concessionária de distribuição de gás natural, que possui exclusividade para a distribuição na sua área de concessão – região metropolitana do estado do Rio de Janeiro – conforme disposto no contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás firmado com o Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, não há competitividade no mercado. O gás natural é o único insumo da Companhia.

Tratando-se de concessão de serviço público, a atividade da Companhia sofre fiscalização e regulação do Governo do Estado através da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Desta forma, a tarifa do gás natural é regulamentada, aprovada e sofre revisões quinquenais no âmbito da agência reguladora. Assim, a Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada devem ser revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

As características dos processos de produção e de distribuição, com a participação em cada um dos mercados é destacada a seguir:

Residencial: Neste segmento o uso do gás é direcionado, principalmente, para o aquecimento de água para o banho e para o abastecimento de fogões domésticos. A energia elétrica e o glp, são os principais concorrentes e únicos que podem substituir o gás nestas utilizações.

Em 2020 o seguimento residencial representou 24,7% do faturamento total de gás natural e GLP, com 3,9% do volume comercializado, e um total de 956.705 clientes.

Em 2021 o seguimento residencial representou 20,9% do faturamento total de gás natural e GLP, com 2,6 % do volume comercializado, e um total de 967.535 clientes.

Em 2022 o seguimento residencial representou 19,5% do faturamento total de gás natural e GLP, com 4,5 % do volume comercializado, e um total de 976.885 clientes.

Comercial: Suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, negócios de pequeno e médio portes. A utilização é semelhante ao do uso doméstico, porém voltado ao abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2020 o seguimento comercial representou 5,7% do faturamento total de gás natural e GLP, com 1,6% do volume comercializado, e um total de 12.798 clientes.

Em 2021 o seguimento comercial representou 5,9% do faturamento total de gás natural e GLP, com 1,2% do volume comercializado, e um total de 12.826 clientes.

Em 2022 o seguimento comercial representou 6,0% do faturamento total de gás natural e GLP, com 2,2% do volume comercializado, e um total de 12.849 clientes.

Automotivo (GNV): Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis e aplicativos de mobilidade como Uber. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e a mudança no posicionamento das montadoras passando a produzir veículos bicombustíveis gerando maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (kombis e vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(pick-ups). Recentemente observa-se também o desenvolvimento de caminhões movidos à GNV.

Em 2020 o seguimento automotivo representou 40,2% do faturamento total de gás natural e GLP, com 26,6% do volume comercializado, e um total de 484 clientes.

Em 2021 o seguimento automotivo representou 43,7% do faturamento total de gás natural e GLP, com 19,9% do volume comercializado, e um total de 498 clientes.

Em 2022 o seguimento automotivo representou 46,5% do faturamento total de gás natural e GLP, com 37,4% do volume comercializado, e um total de 518 clientes.

Industrial: Engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2020 seguimento industrial representou 22,0% do faturamento total de gás natural e GLP, com 13,3% do volume comercializado, e um total de 257 clientes.

Em 2021 seguimento industrial representou 22,1% do faturamento total de gás natural e GLP, com 9,6% do volume comercializado, e um total de 256 clientes.

Em 2022 seguimento industrial representou 23,1% do faturamento total de gás natural e GLP, com 16,4% do volume comercializado, e um total de 255 clientes.

Termelétricas: Geração térmica com gás natural. As termelétricas compõem importante agente na geração de energia elétrica do país. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país. Para garantir o suprimento de energia em todo o país, o ONS pode determinar o acionamento de térmicas a gás para geração de energia elétrica, visando complementar a geração de energia hidrelétrica.

Em 2020 o seguimento termelétrico representou 0,3% do faturamento total de gás natural e GLP, com 54,7% do volume comercializado, e um total de 4 clientes.

Em 2021 o seguimento termelétrico representou 0% do faturamento total de gás natural e GLP, com 66,7% do volume comercializado, e um total de 4 clientes.

Em 2022 o seguimento termelétrico representou 0% do faturamento total de gás natural e GLP, com 39,5% do volume comercializado, e um total de 4 clientes.

Participação em cada um dos mercados

Participação de cada seguimento no volume de vendas total gás da Companhia:

Principais Produtos e/ou Serviços	2022	2021	2020
Residencial:	4,5%	2,6%	3,9%
Comercial:	2,2%	1,2%	1,6%
Automotivo:	37,4%	19,9%	26,6%
Petroquímico:	0,0%	0,0%	0,0%
Co-geração:	0,0%	0,0%	0,0%
Industrial:	16,4%	9,6%	13,3%
Termelétricas:	39,5%	66,7%	54,7%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado). Em relação à competitividade do produto GN em si, podemos dizer que alguns energéticos são concorrentes: GLP, Energia elétrica (Tarifa Mercado livre), Biomassa, Biogás e Óleo Combustível, uma vez que ambos podem ser produtos substitutos ao GN em alguns processos produtivos industriais, além da Cogeração / Geração de Energia.

Eventual sazonalidade

Na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão, uma vez que as termelétricas são despachadas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e sofrem sazonalidade das chuvas, que influenciam diretamente o nível dos reservatórios das hidrelétricas.

1.5 Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente;

Não há um cliente que isoladamente seja responsável por 10% (dez por cento) da receita líquida total da Companhia. Os clientes abaixo destacados, conjuntamente, são responsáveis por 10,25% da receita líquida total da Companhia.

Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2022	% Part. Receita Líquida
TERNIUM BRASIL LTDA	259.646.656,85	203.459.120,31	608.427.205,78	3,43
AMBEV SA	164.900.828,28	129.216.289,04		2,18
BRASKEM S.A.	128.097.740,32	100.377.389,31		1,69
OWENS-ILLINOIS BRASIL IND C SA	113.365.633,77	88.833.310,62		1,50
FABRICA CARIOCA CATALISADORES	110.440.398,80	86.541.096,50		1,46
Receita Líquida Total	7.244.142.312,06	5.938.708.776,06	10,25	

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial e o comercial (grandes comércios).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade. A atividade da Companhia é fiscalizada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras (construção ou manutenção de rede de gás canalizado) nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras, Meio Ambiente e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA ou as Secretarias Municipais de Licenciamento Ambiental, que tiverem autorização do INEA para realização do licenciamento.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção. Contudo, em razão de uma falta de padronização dos licenciamentos municipais para as licenças ambientais, tem-se verificado dificuldades nos processos de obtenção de licenciamento.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A avaliação ambiental da Companhia compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição, atendimento a requisitos legais ambientais e

A Naturgy tem um firme compromisso com as questões ambientais e sociais que inclui um Plano de Sustentabilidade com objetivos sólidos nas áreas ambiental, social e de governança, integrando assim o ASG ao núcleo da empresa.

- Enraizado na essência da empresa.
- Alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Metas tangíveis para cumprir os compromissos.

Conformidade Ambiental

A seguir estão listadas as ações periódicas para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental:

- Manutenção de licenças de operação de ativos de distribuição de gás.
- Monitoramento das emissões atmosféricas realizada avaliação em fonte fixa das emissões atmosféricas.
- Monitoramento de Fumaça Preta realizada nos veículos da CEG movidos a Diesel.
- Análise de Efluentes nas seguintes áreas: Limpeza Álamo, Manutenção Álamo, Oficina de Reguladores, Laboratório de Medidores, Oficina de Refrigeração, Saída Geral da Av. Pedro II.
- Cumprimento de cronograma de avaliação de Ruídos em ativos de distribuição de gás;
- Remediação e monitoramento da contaminação do solo/água realizada pela empresa AECOM na Unidade São Cristóvão
- Auditoria Ambiental Legal realizada anualmente.
- Avaliação e identificação da legislação ambiental.
- Auditoria Externa de Certificação (9001 – Gestão da Qualidade, ISO 14001 -Gestão Ambiental, ISO 45001 – Gestão da Saúde e Segurança.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Campanhas de conscientização ambiental.
- Renovação de redes de ferro fundido por polietileno reduzindo o nível de emissões atmosféricas.
- Centro de Controle monitorado 24 horas controlando as operações e atendendo os casos emergenciais.

Certificação ISO 14001:2004 pela AENOR (Asociación Española de Normalización y Certificación)

Em 2014 a CEG recebeu a certificação ISO 14001:2004, demonstrando o comprometimento da empresa em atender aos requisitos ambientais ligados ao grupo.

Auditoria Ambiental legal

O objetivo das auditorias que vem sendo realizada é de caráter compulsório (regulamentar), com intuito de incentivar a implantação da política e sistema de gestão ambiental, apoiar o órgão ambiental, fornecendo um diagnóstico técnico da conformidade legal e do desempenho ambiental ao longo dos últimos anos, identificando os aspectos ambientais e seus potenciais poluidores e de risco, verificar o cumprimento dos dispositivos legais de proteção e controle ambiental, bem como condicionantes e restrições das licenças ambientais e compromissos de recuperação, compensação e mitigação, verificar as condições de operação, de manutenção dos sistemas de controle de poluição e de prevenção de acidentes.

Projetos para Redução de Emissões Atmosféricas:

A Naturgy tem por objetivo reduzir as emissões a zero para ser Carbono Neutro até 2050, em linha com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Plano de Sustentabilidade

A Naturgy possui um Plano de Sustentabilidade com 13 linhas de ação, 31 indicadores, derivados de 6 principais drivers de atuação – Integridade e Confiança, Oportunidades dos Desafios Ambientais, Experiência do Cliente, Compromisso e Talento, Inovação e Responsabilidade Social.

Avaliação da Conformidade Legal

Ao que Dispõe a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

A Naturgy adota a sistemática de Avaliação de Requisitos Legais através de sistema, controlar os requisitos de Segurança, Meio ambiente e Saúde e outros requisitos ambientais aplicáveis em seu âmbito de atuação aos aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades e serviços das Unidades.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS

Destina-se ao estabelecimento e padronização de critérios, diretrizes e objetivos relacionados com a minimização e gestão de resíduos a nível corporativo. Esse objetivo segue as diretrizes dos princípios estabelecidos na Política de Responsabilidade Ambiental Corporativa da Naturgy.

Campanhas de Conscientização Ambiental

A área de Comunicação tem como missão contribuir, de forma ativa, para que a Companhia alcance os objetivos delineados em seu plano estratégico. Além da manutenção da transparência com seus stakeholders, as publicações visam influenciar positivamente esses públicos com compartilhamento de boas práticas. E entre esses objetivos está o de divulgar conteúdo relacionado a temática ESG em todas as ferramentas disponíveis. Em 2022, aumentamos em 16% a publicação desse tipo de conteúdo nas redes sociais, em relação ao ano anterior. A média de publicações nas páginas da Naturgy – LinkedIn, Instagram, Facebook e Twitter – foi de 1 a 3 posts mensais sobre meio ambiente e sustentabilidade, responsabilidade social e governança.

A empresa buscou diversificar o conteúdo publicado no ano passado usando posts estáticos e vídeos que deixaram as redes mais dinâmicas. No LinkedIn, foram usados conteúdos exclusivos com foco no perfil do usuário da rede. Também aproveitamos mais a publicação de datas sazonais com temáticas institucionais, foco no cliente, meio ambiente, compliance e projetos sociais. Ao longo de 2022, foram trabalhados temas como mudanças climáticas, reciclagem, energia renovável, biodiversidade, inclusão social, diversidade, saúde e bem-estar, projetos sociais, segurança das pessoas, discriminação racial, entre outros.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Na Comunicação Interna, foram utilizados os canais de comunicação que fazem parte do Programa Dialogar, implantado em 2009: TV Corporativa, a newsletter semanal "Entre Nós", o Portal Dialogar, a Naturalnet (intranet do grupo), cartazes e folders, clipping diário de notícias, webinars, lives e eventos, além dos comunicados internos – foram divulgados 261 comunicados por e-mail aos colaboradores em 2022, com uma média de 22 ao mês.

As principais campanhas do ano de 2022 foram:

- Dia Mundial da Energia
- Dia Mundial da Eficiência Energética
- Dia Mundial da Água
- Relatório de Sustentabilidade
- Auditorias SIG e Ambiental Legal
- Teste de conhecimentos SIG
- Auditoria Externa de Recertificação
- Coleta seletiva

Cadastro Técnico Federal do IBAMA

A Naturgy mantém regulares no IBAMA o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) e Cadastro Técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

Passivos Ambientais

A Naturgy realiza, na na Unidade de São Cristóvão remediação e monitoramento, de passivos ambientais originados na época de produção de gás por carvão (Fase da CEG Estatal).

Remediação ambiental do subsolo da Fábrica:

Na Área Sudeste da Unidade São Cristóvão existe: Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica, instalada em julho de 2002. O Sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Plano Global de Monitoramento:

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas.

Comentários sobre a Legislação Ambiental

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997, pelo período contratual de vigência de 30 (trinta) anos renovável por igual período.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias para o exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e as Secretarias Ambientais dos municípios credenciados pelo INEA.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; ii. em favor de partidos políticos; iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não se aplica. A Companhia não realiza contribuições financeiras a campanhas ou partidos políticos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar :

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Conforme informação prestada no item 1.7 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

A CEG divulga informe anual e relatório de responsabilidade corporativa.

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

O informe anual é baseado nas publicações dos balanços contábeis. Já o relatório de responsabilidade corporativa é feito com base nas diretrizes GRI.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Para o exercício 2022, publicado em 2023, tanto o informe anual quanto o relatório de responsabilidade corporativa (a ser publicado) são auditados pela KPMG.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

Tanto o informe anual (https://www.naturgy.com.br/corporativo/quem_somos/acionistas/informes_anuais) quanto o relatório de responsabilidade corporativa (https://www.naturgy.com.br/corporativo/quem_somos/responsabilidade_corporativa) podem ser encontrados na página oficial da Naturgy Brasil: www.naturgy.com.br.

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

O relatório de responsabilidade corporativa divulga matriz de materialidade. Na matriz referente a 2022 os temas são: Combate à corrupção GRI11.20, Concorrência desleal GRI11.9, Impactos econômicos GRI11.14, Pagamentos a governos GRI11.21, Políticas públicas GRI11.22, Saúde e segurança do trabalho GRI11.9, Adaptação, resiliência e transição climática GRI11.9, Comunidades locais GRI11.5, Liberdade sindical e negociação coletiva GRI11.13, Não discriminação e igualdade de oportunidades GRI11.11, Práticas empregatícias GRI11.10, Emissões de GEE GRI11.1, Emissões atmosféricas GRI11.13, Trabalho forçado e escravidão moderna GRI11.12, Resíduos GRI11.5, Biodiversidade GRI11.4 e Manejo e distribuição segura do gás ao cliente final.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

A CEG está comprometida em contribuir ativamente para o alcance global dos 17 objetivos, entretanto, através da atividade de negócio que realiza, contribui mais diretamente para os objetivos 7, 11 e 13. No entanto, a Companhia tem listados os eixos principais e as linhas de ação do plano de sustentabilidade, seu alinhamento com os compromissos da Política de Responsabilidade Corporativa e os principais ODS para os quais contribuirão, seja de forma direta ou indireta, sendo:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Os relatórios são realizados de acordo com recomendações do TCFD.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas:

A Naturgy realiza inventário de gases de efeito estufa. As informações podem ser encontradas na página 142 do Informe de Responsabilidade Corporativa https://www.naturgy.com.br/corporativo/quem_somos/responsabilidade_corporativa

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; (ii) a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Informações de sociedade de economia mista

Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Não se Aplica. A Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não se Aplica.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não se Aplica. A Companhia não teve operações societárias no ano de 2022.

1.13 Acordos de acionistas

Acordos de Acionistas

Em 27 de abril de 2000, foi firmado um acordo de acionistas. O acordo, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Em 2020, não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia, com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Em 2021, na reunião do Conselho de Administração realizada em 05/05/2021, foi aprovado 01 (um) contrato de valores relevantes, relativos a prestação de serviços de informática, não diretamente relacionados com a atividade operacional da Companhia (qual seja a distribuição de gás): o contrato tem por objeto a prestação de serviços de (i) conectividade a rede corporativa; gestão centralizada das comunicações; monitoramento e gestão rede; (ii) gestão dos ativos de software; gestão de serviços cloud; (iii) utilização de ativos de hardware e software transversais de TI cuja titularidade é da Naturgy Informática; (iv) projetos e melhorias em aplicações; custos de hardware e software adquiridos pela Naturgy Informática para uso exclusivo e dedicado da CEG. A vigência do contrato é de 03 (três) anos vencendo em 2023, no valor total de R\$ 43,8 mil.

Em 2022, na reunião do Conselho de Administração realizada em 11/08/2022 foi aprovado 01 (um) contrato relativo a prestação de serviço de construção de rede no valor de R\$ 16.900.000,00 e na reunião do Conselho de Administração realizada em 15.12.2022 foram aprovados os aditivos aos contratos para atendimentos às UTEs Seropédica e Termorio no valor de R\$ 418.625,80.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

1.16 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Relações de longo prazo

Os contratos com os clientes dos seguimentos comercial e industrial são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até dezembro de 2021, porém permanece em vigor por força de medida liminar.

Os contratos de compra e venda de gás natural firmados com as térmicas Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola possuem vigência até dezembro de 2019.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

Gás Natural. Energia do Futuro.

Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gasíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH₄), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO₂) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

Fornos e Fogões

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

Aquecedores

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

1.16 Outras informações relevantes

Lavadoras de Roupas e de Louças

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

Comércio e Indústria

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

Co-geração

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

GNV

O gás natural como combustível para automóveis também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

Gás natural: a melhor energia do planeta

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

O gás natural é uma energia que:

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores devem comentar:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2020, o ano iniciou com expectativa de recuperação econômica, fundamentada na conclusão da reforma previdenciária em 2019 e no andamento da reforma tributária. Contudo, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença mudaram os rumos da economia e gestão da saúde, não só no Brasil, mas em todo o mundo. O cenário mudou drasticamente para um clima de incertezas, trazidas pelo desconhecimento da doença, seus efeitos e forma de tratamento. A busca por uma vacina tornou-se urgente. Os perfis de consumo, de trabalho e de prestação de serviço foram adaptados ao necessário isolamento social adotado para frear o avanço da doença e impedir o colapso dos hospitais. Somente após cerca de 8 a 10 meses as atividades econômicas, especialmente comércio e serviços, tiveram retorno gradativo com a reabertura dos estabelecimentos, determinada por planos definidos pelos governos estaduais.

Com a conseqüente desaceleração da economia, o Ibovespa iniciou o ano em queda, mas apresentou recuperação ao final do ano fechando em em 119.017 pontos. A valorização no ano foi de 2,92%. O Produto Interno Bruto – PIB sofreu uma retração de - 4,1% em 2020, após ter apresentado aumento de 1,1% em 2019. Essa redução em 2020 ficou um pouco abaixo da expectativa do Governo (- 4,7%) e contrariou a expectativa do mercado financeiro (- 6,1%), diante da crise econômica e sanitária causada pela Covid-19. A taxa média anual de desemprego, por sua vez, subiu de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020, obviamente impactada pelas medidas de isolamento necessárias, adotadas no decorrer da pandemia. Assim, os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos e até o encerramento de atividades que não conseguiram se manter. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2020 em 2,00%, atingindo mais uma nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, teve um aumento de 4,31%, em 2019 para 4,52%. Superou o centro da meta (4,0%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,5% e 5,5%). O dólar acumulou alta de 29,33% em 2020 fechando o ano cotado a R\$ 5,1967. A queda da taxa SELIC, os impactos da pandemia pela Covid-19 na atividade econômica, inclusive com redução de investimentos estrangeiros, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - conforme o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 2,94 MMbbl/d (milhões de barris por dia), resultando num aumento de 5,55% em relação à produção de 2019. A produção de gás natural, alcançou uma média de 127 MMm3/d (milhões de m3 por dia), registrando um crescimento de 4,1% frente ao ano anterior. A produção total acumulada de petróleo foi 1,073 bilhão de barris de petróleo e 46,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural, totalizando uma produção de 1,365 bilhão de barris de óleo equivalente. A maior parte da produção foi proveniente dos campos do pré-sal que representa em média 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Já a produção do pós-sal e terrestre representam em média 25,4% e 6%, respectivamente, do total produzido no país também em barris de óleo equivalente. Em 2020, o Estado do Rio de Janeiro ampliou a sua participação na produção nacional de petróleo em 9,1 pontos percentuais em relação à 2019. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2020 foi -8,66%, inferior ao volume consumido em 2019. A média de consumo no país foi de 59,030 milhões de m3/dia, frente a 64,626 milhões de m3/dia, em 2019. O consumo do mercado convencional (indústria, GNV, residencial e comercial), foi impactado pela pandemia em todos os segmentos, exceto no residencial, chegando a um total de 32,82 milhões de m3/dia em 2020. Assim ficou -9,84% abaixo dos 36,40 milhões de m3/dia consumidor em 2019. Na variação por segmento, observa-se uma redução do consumo de gás em -8,45% pela indústria; -17,7% no GNV; um aumento de +9,55% de consumo pelas residências e uma redução significativa de -25,84% no mercado comercial. Já o consumo das termelétricas sofreu uma redução de 6,31% frente a 2019, somando um total de 22,39 milhões de m3/dia em 2020.

Em **2021**, o ano continuou impactado pela pandemia. Com o avanço da vacinação no país, as atividades foram retomadas gradualmente, porém abaixo do que se esperava. Conseqüentemente, a expectativa de retomada da economia também não se realizou. No mês de dezembro de 2021, o mercado de trabalho já apresentava recuperação indicando queda do desemprego para o nível de 2019. De acordo com o IBGE, o desemprego caiu de 14,2% para 12,1%.

Em um ano marcado pela falta de chuvas e a ocorrência de geadas, e ainda impactado pelos efeitos da pandemia com o surgimento de novas variantes do coronavírus (apesar do avanço da vacinação), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2021 em 10,06%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual é muito

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

superior à meta de 3,75% do Governo e também ao teto de 5,25% que havia sido previsto para o ano. Nesse cenário, o Banco Central passou a mirar uma taxa Selic recessiva, buscando sobretudo conter a inflação. O indicador, que vinha num ritmo de queda acentuado nos últimos anos, batendo recordes seguidos de baixas, saltou de 2,00% em 2020 para 9,25% ao final de 2021.

Em 2022, houve a retomada das atividades após o avanço da vacinação, o consumo das famílias em alta, a expansão do setor de serviços e injeções de recursos extras impulsionaram o crescimento da economia brasileira nos três primeiros trimestres de 2022, em um cenário marcado por inflação alta nos países desenvolvidos e pela guerra na Ucrânia.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou desempenho expressivo nos três primeiros trimestres de 2022 e fechou o ano com um crescimento de 2,9%, frente ao ano de 2021. Esse aumento foi ocasionado pelos estímulos fiscais concedidos pelo governo federal, assim como pelo processo de reabertura da economia depois de um período mais crítico da pandemia do coronavírus.

O Ibovespa fechou 2022 aos 109.735 pontos, acumulando uma alta de 4,7% ao ano. Apesar do resultado positivo, a volatilidade esteve muito presente na Bolsa, devido ao cenário político em um ano eleitoral e à conjuntura político/econômica externa.

Em novembro de 2022, o mercado de trabalho apresentou uma taxa de desemprego de 8,1%, dando continuidade à trajetória de queda apresentada nos trimestres anteriores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu de 11,1% em 2021 para 8,1% em novembro de 2022, quando o Brasil apresentava 8,7 milhões de desempregados.

Em um ano marcado pela alta dos preços dos alimentos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2022 em 5,79%, conforme divulgado pelo IBGE. O resultado anual ficou acima do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 5% para 2022, sendo a quarta vez consecutiva que a inflação fica acima do centro da meta.

Buscando conter a inflação, o Banco Central continuou aumentando gradativamente a taxa Selic em 2022, interrompendo em setembro do mesmo ano a sequência de altas. O indicador saltou de 9,25% ao final de 2021, e chegou ao final de 2022 fixado em 13,75%. O dólar acumulou queda de 5,3% em 2022, a primeira baixa anual desde 2016, saindo de R\$ 5,58 ao final de 2021 para fechar o ano de 2022 cotado a R\$ 5,21.

b. estrutura de capital

Em 2022 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mantidas as proporções das propriedades dos acionistas, conforme quadro abaixo:

Acionista	Participação no capital social (%)
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O endividamento da empresa em 2020 foi de 42%, em 2021 de 49% e em 2022 passou para 43%. Ao longo de 2022, a empresa manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos e cumprimento de suas obrigações. A Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2022. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro: Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas ou cláusulas de covenants.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.250.329	1.189.783
	<u>1.250.329</u>	<u>1.189.783</u>
Total do passivo		
Circulante	241.916	588.979
Não circulante	1.008.413	600.804
	<u>1.250.329</u>	<u>1.189.783</u>

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(*) Financiamento; LC(*) Linha de Crédito.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,25%	03/06/2022	-	-	165.922	-
	CDI+2,30%	04/03/2024 (a)	2.955	29.855	1.766	30.624
	CDI+1,2%	19/08/2022	-	-	104.956	-
	CDI+2,30%	04/03/2024 (a)	6.730	50.104	3.486	50.654
	CDI+2,30%	04/03/2024 (a)	6.411	50.099	2.186	49.088
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023	158.530	-	4.622	150.000
	CDI+1,45%	11/04/2025 (a)	10.967	100.657	-	-
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022	-	-	100.329	-
	CDI+2,30%	11/03/2024 (a)	3.106	34.821	1.525	33.960
	CDI+2,30%	11/03/2024 (a)	2.389	23.579	1.420	22.999
	CDI+0,95%	10/10/2025 (a)	1.801	59.891	-	-
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024 (a)	1.420	50.088	847	50.315
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026 (a)	6.061	161.687	-	-
	CDI+1,71%	07/04/2026 (a)	3.838	101.170	-	-
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024 (a)	2.838	30.043	1.462	30.149
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025 (a)	3.954	39.493	41.137	-
	CDI+2,30%	11/03/2024 (a)	3.255	29.901	1.318	29.427
Banco Itau	CDI+1,78%	07/04/2025 (a)	4.583	44.724	45.530	-
	CDI+1,78%	07/04/2025 (a)	12.069	107.148	106.446	-
	CDI+2,30%	18/03/2024 (a)	5.732	45.338	2.649	44.588
	CDI+2,30%	18/03/2024 (a)	5.277	49.815	2.943	49.000
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023	-	-	435	60.000
			241.916	1.008.413	588.979	600.804

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2022	2021
2023	-	210.000
2024	394.299	390.804
2025	351.257	-
2026	262.857	-
	1.008.413	600.804

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2022	2021
Saldo inicial	1.189.783	1.175.140
Juros provisionados	171.653	69.334
Juros pagos	(111.665)	(50.339)
Custos a amortizar	4.506	1.539
Custos amortizados no período	(3.948)	(5.891)
Saldo final	1.250.329	1.189.783

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas. Contudo há as seguintes regras:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite são de competência da Diretoria devendo ser representada por dois Diretores na formalização do ato);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há contratação de financiamentos com limite de utilização.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Conta de Resultados (R\$ mil)	2022	2021	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	6.133.756	4.413.489	1.720.267	38,98%
Lucro bruto	1.397.594	1.168.411	229.183	19,61%
Lajida (Ebitda)	977.699	914.081	63.618	6,96%
Lucro operacional	835.874	772.542	63.332	8,20%
Lucro líquido do exercício	273.940	474.824	(200.885)	-42,31%
Margem Bruta	22,79%	26,47%		

Apesar da redução do volume de vendas, devido ao menor consumo das térmicas a gás em 2022, houve um crescimento do lucro operacional, principalmente pela aplicação da inflação na margem de gás, frente às margens praticadas em 2021.

Lucro líquido de 2022 impactado pelo provisionamento da contingência da ação ordinária 2007.51.01.025299-3, referente ao reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 177.130, depois dos impostos. Sem o efeito dessa provisão de gastos, o lucro líquido seria de R\$ 451.070.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado operacional/financeiro

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008. Em 01 de junho de 2017 foi firmado o aditivo nº 12 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando aumentar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais. O contrato firmado com a Petrobras foi aditado, prolongando sua vigência por mais 2 anos. Essa medida estava prevista nos contratos vigentes, mediante apresentação, por parte da Petrobras, de nova cláusula de preços de gás. Tendo em vista que a proposta de alteração de preço apresentou redução em relação à precificação vigente, as concessionárias optaram por ajustar suas quantidades contratuais e aditar o contrato.

O contrato de fornecimento de gás natural celebrado entre a Petrobras e a Companhia teve vigência até 31/12/2021. Atendendo à determinação regulatória, a Empresa realizou em setembro de 2021 a Chamada Pública para aquisição de gás natural, para o período de 2022 a 2024, porém não houve uma oferta elegível. Assim, a Companhia iniciou negociações para um novo contrato com a Petrobras, com vigência até 31/12/2025. Foram feitas também negociações bilaterais com outros fornecedores de gás, visando: diversificar o portfólio, assegurar quantidades complementares com preços mais econômicos e, assim, reduzir o custo médio da Distribuidora. No entanto, não foi identificada oferta de gás firme que permitisse a diversificação do portfólio.

Adicionalmente, considerando os preços ofertados, a Companhia, assim como a Assembleia Legislativa deste Estado e o Poder Executivo Estadual, buscaram a intervenção do Poder Judiciário, obtendo decisão liminar que determinou a extensão dos termos e das condições do contrato atual, por 12 (doze) meses ou até que haja manifestação do CADE ao pleito levado pela Distribuidora, assim como a integral abertura do mercado de gás. A liminar permanece vigente.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2020**, no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença impactaram significativamente a economia no Brasil e no mundo. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano em 2,00% (nova mínima histórica). O IPCA aumentou de 4,31% em 2019 para 4,52%. O PIB sofreu uma retração de - 4,1%. A taxa média anual de desemprego subiu de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020. O resultado de todos esses indicadores impactou no endividamento das famílias e aumento do inadimplimento. O Governo do Estado do RJ determinou a suspensão do corte de fornecimento de gás, por inadimplência, durante o período de crise, exceto nos casos de emergência (como escapamento), pela necessidade de garantir a segurança da prestação do serviço. A Companhia realizou campanha de parcelamento de dívidas, possibilitando a quitação de débitos em até 12 parcelas. Em acordo com a Petrobras e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro, foi garantida a flexibilização dos contratos de compra de gás natural, permitindo que as indústrias pagassem somente pelo gás consumido e não pelos volumes contratados. Não houve cobrança de penalidades contratuais decorrentes da redução da demanda provocada pela Covid-19. Os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos. Nesse cenário de recessão econômica, as vendas médias diárias totais de gás natural da Companhia atingiram 8.647,8 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -16,2%, frente a 2019, quando somaram 10.319,1 Mil m3/dia. O mercado convencional foi afetado apresentando redução de 12,2% das vendas frente a 2019. Essa redução foi puxada principalmente pela queda das vendas para os segmentos comercial (-33,2%) e GNV (-16,8%). Contudo, devido ao isolamento social, restrições de circulação de pessoas em vias públicas e adoção do sistema de trabalho em home office por um grande número de

2.2 Resultados operacional e financeiro

empresas, o mercado residencial apresentou aumento de 9,4% nas vendas frente a 2019. Mas, a maior queda das vendas foi para a Geração Elétrica (-19,3%), devido a menor demanda de energia em função da redução da atividade econômica impactada pela pandemia. Até o final de 2020 a Agência Reguladora ainda não tinha julgado os embargos interpostos por todos os agentes do mercado com relação as novas regras sobre a abertura do mercado de gás. A Agência também não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Somente em 10 de março de 2021 o processo da revisão tarifária foi julgado, sendo determinada pela Agência a redução de 13,47% das margens de distribuição da Companhia, por meio da publicação da Deliberação 4.198/2021 no dia 24 de março. Contudo, no dia 25 de março a Companhia foi Oficiada pela Agência que comunicou sobre a suspensão dos efeitos da Deliberação 4.198/2021, a qual, de toda forma, ainda é passível de recurso administrativo e também na via judicial.

O ano de **2021** continuou impactado pela pandemia. Com o avanço da vacinação no país, as atividades foram retomadas gradualmente, porém abaixo do esperado. Conseqüentemente, a expectativa de retomada da economia também não se realizou. O Ibovespa fechou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% ao ano, refletindo uma maior rejeição ao risco, ante as incertezas locais em face do risco fiscal e do cenário político conturbado, em um ano pré-eleitoral. Embora menor, foi a primeira queda anual da bolsa, desde 2015, quando recuou em 13,31%. o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 4,6% frente a 2020, totalizando R\$ 8,7 trilhões. No mês de dezembro de 2021, o mercado de trabalho já apresentava recuperação indicando queda do desemprego para o nível de 2019. De acordo com o IBGE, o desemprego caiu de 14,2% para 12,1%. Contudo, o país ainda tem cerca de 13 milhões de desempregados, e o rendimento médio também sofreu uma redução de R\$ 2.686,00 para R\$ 2.449,00. Em um ano marcado pela falta de chuvas e a ocorrência de geadas, e ainda impactado pelos efeitos da pandemia com o surgimento de novas variantes do coronavírus (apesar do avanço da vacinação), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2021 em 10,06%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual é muito superior à meta de 3,75% do Governo e também ao teto de 5,25% que havia sido previsto para o ano. Nesse cenário, o Banco Central passou a mirar uma taxa Selic recessiva, buscando sobretudo conter a inflação. O indicador, que vinha num ritmo de queda acentuado nos últimos anos, batendo recordes seguidos de baixas, saltou de 2,00% em 2020 para 9,25% ao final de 2021. O dólar acumulou alta de 7,45% em 2021, subindo de R\$ 5,20 ao final de 2020 para fechar o ano cotado a R\$ 5,58, impactado pelos riscos fiscais no Brasil, e sinais de aperto monetário em países desenvolvidos.

As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 12.901,90 Mil m³/dia, apresentando um grande aumento de 49,19% frente a 2020, quando somaram 8.647,8 Mil m³/dia. Esse forte aumento das vendas totais de gás pela Companhia (49,19%) foi resultado especialmente do acionamento de termelétricas ao longo do ano, impactado pela crise hídrica, decorrente da menor quantidade de chuvas, o que resultou no pior nível de água dos reservatórios em 91 anos. Os reservatórios de águas no Sudeste e Centro-Oeste chegaram a registrar armazenamento médio de 16,7% em outubro de 2021. Com isso, o governo acionou mais termelétricas para poupar água dos reservatórios das hidrelétricas ao longo de 2021. As vendas para Geração Elétrica somaram 8.611,6 Mil m³/dia frente às vendas em 4.728,4 Mil m³/dia em 2020, com um crescimento de 82,13. O mercado convencional também apresentou recuperação nas vendas em quase todos os segmentos, na comparação com 2020. Esse aumento foi puxado principalmente pelas vendas para os segmentos comercial (+18,52%) e GNV (+ 11,58%), mercados impactados fortemente pelo cenário de pandemia da Covid-19 no ano de 2020, seguidos pelo setor industrial (+7,24%). Somente as vendas de gás para as residências se mantiveram praticamente em linha frente a 2020. Os resultados positivos decorrem do esforço da companhia na captação de novos clientes combinado com a retomada gradual das atividades comerciais e econômicas em 2021, após o avanço da vacinação e a consequente redução de casos graves de Covid-19.

As atividades em **2022** foram retomadas gradualmente, em níveis moderados. Conseqüentemente, a expectativa de retomada da economia foi abaixo do esperado. O Ibovespa fechou 2022 em 109.735 pontos, acumulando uma valorização de 4,68% no ano, refletindo uma menor rejeição ao risco, ante as incertezas locais em face do risco fiscal e do cenário político conturbado, em um ano eleitoral. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões. Em 2022, o mercado de trabalho apresentou recuperação indicando uma queda do desemprego de 9,3%, menor patamar desde 2015 segundo o IBGE. O país apresentou cerca de 8,7 milhões de desempregados no 4T22 e rendimento médio de R\$ 2.823,00. Em um ano impactado pelos efeitos do conflito entre Rússia e Ucrânia, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2022 em 5,79%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual é superior à meta de 3,5% do Governo e ao teto de 5% que havia sido previsto para o ano. Nesse cenário, o Banco Central passou a mirar uma taxa Selic recessiva, buscando sobretudo conter a inflação. O indicador, que vinha num ritmo de queda acentuado nos últimos anos, batendo recordes seguidos de baixas, saltou de 9,25% para 13,75% ao final de 2022. O dólar acumulou baixa de 6,6% em 2022 para fechar o ano cotado a R\$ 5,21, impactado pelos riscos fiscais no Brasil, e sinais monetários em países desenvolvidos.

As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 7.162,2 Mil m³/dia, apresentando uma redução de

2.2 Resultados operacional e financeiro

44,49% frente a 2021, quando somaram 12.901,9 Mil m³/dia. Essa redução das vendas totais de gás pela Companhia (44,49%) foi resultado especialmente do acionamento de termelétricas ao longo do ano de 2021. As vendas para Geração Elétrica somaram 2.827,3 Mil m³/dia frente às vendas em 8.611,6 Mil m³/dia em 2021, com uma redução de 67%, devido à menor demanda de gás em função dos altos níveis dos reservatórios hídricos em 2022 provocando menor acionamento das térmicas neste respectivo ano. O mercado convencional se manteve estável e apresentou crescimento de 1% das vendas frente a 2021. O mercado residencial (-3%), comercial (-1%) e industrial (-5%) apresentaram uma pequena redução nas vendas enquanto o GNV cresceu em (+4%).

A proposta da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2018-2022) foi enviada no segundo semestre de 2017 à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera), conforme procedimento previsto no contrato de concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro. Em 10/03/2021, em sessão regulatória pública, a Agência Reguladora julgou o processo referente à 4ª Revisão Tarifária, no qual o Conselho Diretor do órgão aprovou por maioria de votos uma redução na ordem de 13% na margem tarifária da Concessionária. Em 24 de março foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ a Deliberação do órgão com a referida decisão. Na mesma data, a Companhia divulgou um Fato Relevante comunicando a decisão ao mercado. Em 26/03/2021, a Empresa divulgou novo Fato Relevante informando o recebimento do Ofício AGENERSA/SECEX SEI N°316, comunicando sobre a nova decisão do Conselho Diretor da Agenera de suspender os efeitos e prazos processuais da Deliberação nº 4.198/2021, na qual determinou a redução da margem tarifária. Em 14 de junho de 2021, foi publicada no DOERJ a decisão da AGENERSA por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, restabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma. Em 21/06/21, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração, que foram rejeitados por necessidade de efeitos infringentes, tendo a mesma apresentado o competente recurso administrativo. A decisão guerreada permanece com os efeitos suspensos.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Todas as variações são informadas no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2020, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, que foi reduzida de 4,50% para 2,00%, permanecendo no novo patamar mínimo histórico até o final do ano. Novamente o custo financeiro da Companhia foi beneficiado pela redução do índice. O resultado financeiro apresentou, em 2020, o valor negativo de R\$ 90.491 (expurgado o JCP), frente ao valor de R\$ 51.374 em 2019. O endividamento da empresa passou para 50%, em 2020. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a captação de recursos e a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2020. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Em 2021, destaca-se o aumento da taxa Selic, pelo Banco Central, de 2,00% para 9,25% em 2021, que buscou sobretudo conter a inflação ao longo do ano, o que impacta no custo financeiro dos empréstimos e financiamentos bancários indexados à Selic. Parte desse impacto é compensada pela rentabilidade, também indexada à Selic, dos recursos financeiros mantidos em caixa pela Companhia. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2021, o valor negativo de R\$ 66.427 (expurgado o JCP), frente ao valor de R\$ 90.491 em 2020. O endividamento da empresa, que era de 42% em 2020, passou para 49% em 2021.

Em 2022, destaca-se o aumento gradativo da taxa Selic ao longo do ano, passando de 9,25% para 13,75% pelo Banco Central, que buscou sobretudo conter a inflação, o que impacta no custo financeiro dos empréstimos e financiamentos bancários indexados à Selic. Parte desse impacto é compensada pela rentabilidade, também indexada à Selic, dos recursos financeiros mantidos em caixa pela Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Mudanças práticas cont./opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não se aplica. Não há mudanças para o período de referência.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Efeitos relevantes nas Dfs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Entre **2015 e 2022** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em **2022** não houve alteração no quadro societário da Companhia, não sendo realizada as operações indicadas neste item.

c. eventos ou operações não usuais

Entre **2015 e 2022** não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: **a.** informar o valor das medições não contábeis; **b.** fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; **c.** explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica. A Companhia não tem medições não contábeis a divulgar.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica neste momento.

2.7 Destinação de resultados

Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando: a. regras sobre retenção de lucros; b. regras sobre distribuição de dividendos; c. periodicidade das distribuições de dividendos; d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais; e se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As regras de distribuição de dividendos e retenção de lucros da Companhia é regulada pelo artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

A periodicidade da destinação dos resultados sociais é de uma vez ao ano, com pagamento em até 2 vezes ao ano.

Não há eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, bem como não há uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos; b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando à Companhia as hipóteses descritas nesse item.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

Planos de negócio

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos: investimentos, incluindo:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Prela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Em 2020, conforme descrito anteriormente, a AGENERSA não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Desta forma, no decorrer do ano, os investimentos continuaram concentrados na manutenção da rede da rede, necessária à segurança da rede de distribuição. Além disso, a natureza da atividade de distribuição de gás canalizado depende em grande parte da realização de obras de infraestrutura, sejam elas para a expansão das redes com a construção de novos dutos, sejam para a sua manutenção e conservação. Na maior parte do ano de 2020, por conta da pandemia, foi inevitável a redução do volume de obras. Assim, também em função do cenário de crise sanitária, a Companhia priorizou as obras para manutenção e conservação das redes, visando sobretudo garantir a segurança na distribuição de gás. Assim, a maior parte (quase 60%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 83.842 mil, foi destinada justamente à Conservação e Renovação de Redes. As obras foram realizadas, mesmo durante a pandemia, adotando-se as medidas sanitárias e de segurança necessárias, relativas ao isolamento e distanciamento social, cujas regras foram impostas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. Os investimentos na Expansão da rede de gás sofreram maior impacto com essa inevitável diminuição no volume de obras ao longo do ano. O montante investido com este objetivo correspondeu a R\$ 43.876 mil, resultando numa diminuição de -21,5% frente a 2019. A empresa investiu em 2020 um total de R\$ 143,1 mil, montante 11% inferior ao total investido em 2019.

Em 2021, apesar de a pandemia continuar impactando o cenário de saúde em todo o país, a retomada gradual das diversas atividades econômicas, em destaque as atividades comerciais, possibilitou à Companhia retomar investimentos em expansão de redes, embora ainda com bastante precaução e cuidado com a saúde e segurança dos colaboradores que atuam diretamente em obras. Assim, ao longo do ano, foram investidos R\$ 48.598 mil em expansão de redes, ampliando-se a rede de distribuição em 45,06 km. Mantendo-se o compromisso e a responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados pela Companhia, a maior parte (cerca de 53%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 73.345 mil, continuou sendo destinada à Conservação e Renovação de Redes. As obras continuaram sendo feitas observando-se as medidas sanitárias e de segurança necessárias, conforme as regras determinadas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. A empresa investiu em 2021 um total de R\$ 139.597 mil, mantendo o nível de investimento em linha com o ano anterior.

Em 2022 houve a retomada gradual das diversas atividades econômicas, em destaque as atividades comerciais, possibilitou à Companhia retomar investimentos em expansão de redes, embora ainda com bastante precaução e cuidado com a saúde e segurança dos colaboradores que atuam diretamente em obras. Assim, ao longo do ano, foram investidos R\$ 69.411 mil em expansão de redes, ampliando-se a rede de distribuição em 38,5 km. Mantendo-se o compromisso e a responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados pela Companhia, a maior parte (cerca de 55%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 130.811 mil, continuou sendo destinada à Conservação e Renovação de Redes. As obras continuaram sendo feitas observando-se as medidas sanitárias e de segurança necessárias, conforme as regras determinadas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. A empresa investiu em 2022 um total de R\$ 239.507 mil, com o nível de investimento superior em 72% ao ano de 2021.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito ou captação de recursos junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

2.10 Planos de negócios

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufaturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufaturado.

Em **2008, 2009 e 2011** não houve desinvestimentos.

Em **2010** foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Entre **2012 e 2016** não houve desinvestimentos.

Em **2017** foi concluída a venda de um terreno com 7.132,25 m² localizado no endereço Rua Pedro Jorio, nº 415, Coelho Neto, Rio de Janeiro, a qual foi realizada por meio de leilão eletrônico.

Entre **2018 e 2022** não houve desinvestimentos.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

- c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; iv. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; v. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A CEG em como prioridade as práticas e políticas ambientais, sociais e de governança, inserindo-as no modelo de gestão da companhia, de acordo com os conceitos ASG.

O Plano de Sustentabilidade 2021/2025 da CEG conta com 6 drivers, 13 linhas de ação e 31 indicadores – todos comprometidos e alinhados com os ODS's. Os drives são: Integridade e Confiança, Oportunidade dos desafios ambientais, Experiência do cliente, Compromisso e talento, Inovação e Responsabilidade Social. Cada um deles contém suas respectivas metas e status, sendo que a maioria dos projetos já se encontra em curso. Entre as atividades com foco em 2022, destacam-se os seguintes programas e iniciativas:

- **Gestão de fornecedores:** a gestão responsável do meio ambiente é um dos valores fundamentais da CEG, e uma das principais estratégias na luta contra as mudanças climáticas. Visando ampliar estes valores em sua cadeia de fornecimento para uma produção sustentável, são realizadas auditorias ASG em fornecedores de contratos de valores elevados e alto risco de mudanças climáticas. Durante o concurso, o fornecedor tem a oportunidade de apresentar seu certificado de pegada de carbono, o que pode ser avaliado favoravelmente no processo de seleção. Além

2.10 Planos de negócios

dessas, outras ações são realizadas para acompanhar o desempenho dos fornecedores, tais como: auditorias, inspeções, avaliações e pesquisas.

- **Biodiversidade e Capital Natural para uma cadeia de valor sustentável:** por acreditar na importância de uma comunicação integrada com os fornecedores, a fim de levar informação e conhecimento sobre os temas ASG, foi feita a inclusão de temas ambientais nos Comitês mensais com as empresas contratadas. Ainda foi feita uma nova área no site “Energia Parceira” com o foco em meio ambiente – uma aba do blog e a abertura de um fórum com as temáticas. As iniciativas fazem com que a CEG e as contratadas possam elevar e fazer trocas sobre as temáticas ambientais, trazendo melhoria contínua e boas práticas para todos.
- **Economia circular e ecoeficiência:** a partir da educação ambiental e conscientização do uso dos recursos, a empresa conquistou uma forte redução do consumo de água e papel dentro dos escritórios. Comunicações regulares, separação de resíduos, gestão eficiente de impressão de papel, além de palestras e formações fazem com que os colaboradores tenham maior educação e consciência ambiental. Além desta redução de consumo, a empresa ainda chegou a cerca de 80% de resíduos totais reciclados ou valorizados em 2022;
- **Ações de controle de Emissão de Gases de Efeito Estufa – GEE:** redução considerável de GEE escopos 1 e 2 (t CO₂ equivalente)² a partir da gestão de avarias de rede e da modernização dos dutos de ferro fundido por materiais mais eficientes;
- **Compromisso e Talento:** o plano de diversidade da CEG materializa o compromisso de promover uma cultura inclusiva e a visão do interesse pelas pessoas, orientando a maneira de trabalhar e alcançar os objetivos estabelecidos. Promovendo programas e ações que apoiam o desenvolvimento profissional, a cultura de diversidade e de inclusão, é gerada a retenção de talentos e a reconexão das pessoas pós pandemia, fortalecendo o clima laboral. Com o compromisso de cumprimento dos indicadores com maior foco em projetos de diversidade, são promovidas formações que fomentam o respeito e a igualdade entre os colaboradores. A companhia ainda conta com uma forte presença feminina no Comitê de Direção, sendo 70% composto por mulheres.
- **Experiência do cliente:** a CEG vem desenvolvendo melhorias em seus processos e canais de relacionamento com o cliente através da digitalização, automatização e simplificação, buscando entregar um serviço que seja mais ágil e personalizado para que as necessidades possam ser prontamente atendidas, com um serviço de qualidade. Além disso, é realizada uma campanha de incentivo para os clientes adotarem o recebimento da fatura por e-mail, permitindo reduzir a utilização de papel e, conseqüentemente, o impacto ambiental. Atualmente mais de 50% dos clientes já utilizam esta modalidade.
- **Pesquisas:** realização de um extenso estudo de materialidade para o relatório de sustentabilidade, com foco no país e entrevistas com os principais stakeholders da companhia; promoção de uma pesquisa quantitativa sobre ASG para a avaliação da percepção dos principais stakeholders com foco no entendimento dos projetos e ações que devem ser desenvolvidos e divulgados para gerar valor para a companhia e a sociedade.

Transformar o mundo por meio da energia, enfrentando com determinação os desafios da transição energética e as demandas da sociedade e dos clientes é o objetivo da CEG. A meta é trabalhar com excelência, transparência e o talento de uma equipe comprometida para ter um futuro ainda melhor.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.**

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamento e alterações relativas à projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. emissor

A Companhia é concessionária do serviço público essencial de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão.

No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos com o poder concedente, que, caso não sejam cumpridos, podem resultar na aplicação de multas ou na perda da concessão. A exemplo de causa da perda da concessão citamos o descumprimento da obrigação de expandir o fornecimento aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com defeito de qualidade e/ou segurança.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

Determinados serviços são prestados através de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventuais riscos decorrentes de tais relações, que integram o seu objetivo de redução de passivos trabalhistas, de acordo com a qual:

- (i) mantém um grupo de trabalho interno que inclui as áreas de compras, financeira, recursos humanos e jurídica para análise trimestral das altas e baixas de processos e, proposição de ações de melhoria;
- (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados;
- (iii) priorização na realização de acordos judiciais com ex-empregados de terceirizadas, quando possível, quando a empresa deixa de trabalhar exclusivamente para a Companhia tendo encerrado suas atividades;
- (iv) auditoria permanente nas terceirizadas para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista;
- (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a Companhia.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O grupo Naturgy adquiriu o controle da Companhia no curso da privatização em 1997, assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na aplicação de multa ou na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. O grupo está presente em 20 países em todo mundo, onde oferece serviços a mais de 18 milhões de clientes dos cinco continentes. As ações da Naturgy são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

Atualmente os principais acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia, a Pluspetrol Energy e o grupo controlador Naturgy, responsável pelo funcionamento operacional da companhia, não se verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,18% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há mais de 25 anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez. Assim, não se observa volatilidade no preço das ações da Companhia.

Em 2016, para atender à obrigação prevista no item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários (estabelece que os valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA devem ser cotados a, ao menos, R\$1,00 por unidade), a Companhia procedeu um grupamento de suas ações. Assim, o total de ações da Companhia passou de 51.927.546.473, anteriormente negociadas em lotes de 1000 (mil) ações, para 259.637.732 negociadas em unidades, mantendo a proporção da participação de todos os seus acionistas. Desta forma, nenhum acionista foi excluído da base de acionistas da Companhia, não resultando em risco de reclamações por parte de acionistas minoritários.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

d. Seus administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê, no capítulo 4º, que a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, com membros eleitos anualmente, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração tem a sua competência e as suas atribuições descritas nos itens (a) a (t) do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia e também nos artigos 2º a 4º do seu Regimento Interno. Já a diretoria tem as suas atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 15, “i”, do Estatuto Social.

e. seus fornecedores

Até a promulgação da Lei do Gás, Lei 14.134, de 2021, a Companhia possuía como única fornecedora: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estando sujeita às políticas públicas relacionadas à empresa estatal de economia mista, sobretudo no que se refere à venda de gás natural. Após a promulgação da nova lei, que possibilitou a abertura do mercado de gás, a Companhia vem buscando ampliar seus fornecedores, por meio de Chamadas Públicas, para compra de gás, obedecendo às novas regras e aos quesitos operacionais e técnicos.

O contrato de fornecimento de gás natural celebrado entre a Petrobras e a Companhia, assinado em 18/07/2008, teve vigência de 28/11/2002 até 31/12/2021. Atendendo à determinação regulatória, a Empresa realizou em setembro de 2021 a Chamada Pública para aquisição de gás natural, para o período de 2022 a 2024, porém não houve uma oferta tecnicamente elegível. Assim, a Companhia iniciou negociações para um novo contrato com a Petrobras, com vigência até 31/12/2025. Foram feitas também negociações bilaterais com outros fornecedores de gás, visando: diversificar o portfólio, assegurar quantidades complementares com preços mais econômicos e, assim, reduzir o custo médio da Distribuidora. No entanto, não foi identificada oferta de gás firme que permitisse a diversificação do portfólio.

Tendo em conta o valor do preço do gás praticado pela Petrobras, ao final de 2021, foram proferidas diversas decisões judiciais liminares, no Rio de Janeiro. Ao longo de 2022, seguiram negociações com a Petrobras. Em set/22, foi realizada nova chamada pública -CP, cujas ofertas não atendiam as necessidades comerciais das Distribuidoras. A Petrobras apresentou nova oferta fora do escopo da CP e, desde então, as tratativas seguem com Petrobras.

f. seus clientes

A companhia possui uma extensa e diversificada carteira de clientes distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular (GNV), residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento. Vale destacar que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com um total de 990.511 clientes em todos os segmentos. Além disso, nenhum cliente sozinho é responsável por parte relevante de sua receita, não havendo dependência de determinado cliente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Conforme também amplamente divulgado ao longo de 2020, a Companhia suspendeu o corte do fornecimento de gás natural canalizado por inadimplemento. A medida cumpriu a obrigação imposta pela Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006). Eventuais interrupções no fornecimento de gás foram realizadas somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida foi adotada para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares, visando garantir a segurança do serviço prestado.

Em 16.07.2021, foi publicada a Lei Estadual 9.356/2021 que alterou as medidas restritivas contidas na Lei Estadual 8.769/2020, passando a vigorar as condições e prazos previstos na Resolução ANEEL 928/2021, mantendo-se a vedação da interrupção do serviço ao cliente pessoa física cujo consumo não seja superior ao mínimo. Com a alteração, tornou-se possível a suspensão do fornecimento para os demais clientes inadimplentes, exceto para os casos mencionados na referida resolução. A partir desse momento, a Companhia implementou novas ofertas de parcelamento, bem como o planejamento de equipes com vistas à retomada do corte do fornecimento, que teve início no ano 2022. Considerando que continua vigente o Plano de Contingência adotado pela Secretaria de Estado de Saúde em decorrência da pandemia pelo coronavírus, a Companhia tem realizado a suspensão do serviço em observância às restrições legais, mediante prévia oferta ao cliente da possibilidade de parcelamento do débito. Além disso, a Companhia realizou a adequação de seus sistemas e atividades para, a partir de janeiro/23, ofertar ao consumidor inadimplente a possibilidade de pagamento das faturas em atraso por meio de cartão de débito, previamente à interrupção dos serviços.

Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 31 de dezembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Assim, a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi observado como possível impacto, considerando a dificuldade em dissociar as operações normais e àquelas incrementais relacionadas à pandemia, o aumento das perdas de crédito nos mercados com restrição temporária de cortes de fornecimento quando comparado ao período inicial de 2020 - pré-pandemia - conforme evolução observada na nota explicativa nº 7 das DFs - Contas a receber de clientes.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita às eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, cujos reflexos foram observados nos anos seguintes, e novamente verificada ao longo de 2015 e que se prolongou até meados de 2017, atingindo a economia nacional com a redução da atividade produtiva em todo o país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo, podemos citar os leilões de gás realizados pela Petrobras entre 2009 e 2012, que culminaram na queda da tarifa do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial); eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor; e finalmente, um exemplo mais recente, o novo programa “Gás para crescer” lançado em 2016 pelo Governo Federal, sendo modificado para o programa Novo Mercado de Gás.

Nesse sentido, comentamos que, de acordo com o Governo, o objetivo desse programa, denominado Novo Mercado de Gás, é a formação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo, buscando a redução do preço do gás natural e, conseqüentemente, o incentivo ao desenvolvimento econômico do País. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e desenvolvido em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ainda de acordo com o Governo, as medidas adotadas no programa visam ao uso mais eficiente das infraestruturas existentes, à atração de novos investimentos e à promoção da concorrência no mercado de gás natural.

Com a criação desse novo programa no âmbito federal, tornam-se necessárias adequações das regulações estaduais às mudanças implementadas no programa. Desta forma, a Companhia vem acompanhando as modificações implantadas no âmbito do Governo do Estado, inclusive por atuação da agência reguladora estadual, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa. Neste contexto, a distribuidora tem atuado em conjunto com a agência reguladora, o Governo do Estado e outros atores do mercado fluminense, visando possibilitar a abertura do mercado, de forma transparente, visando a garantia da segurança jurídica e o cumprimento do Contrato de Concessão.

As principais regras que constam da regulamentação da AGENERSA são, dentre outras, a definição de critérios de enquadramento de agentes livres, procedimentos para aquisição de gás pela distribuidora por meio de chamamentos públicos

4.1 Descrição dos fatores de risco

e regras e formas de remuneração relacionadas gasodutos dedicados.

A Lei 14.134/2021, conhecida como "Nova Lei do Gás", foi publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021. O texto foi sancionado sem vetos pelo Presidente da República e traz mudanças significativas ao setor ao substituir a Lei do Gás anterior (Lei 11.909/09). Eventuais impactos para a Companhia dependem da avaliação acerca da necessidade da formalização de um aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia. Conforme comentado acima, após a promulgação da nova lei, que possibilitou a abertura do mercado de gás, a Companhia vem adotando procedimento de realização de Chamadas Públicas, para compra de gás, obedecendo às novas regras e aos quesitos operacionais e técnicos.

h. regulação dos setores em que o emissor atua

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

As margens de contribuição da Companhia são revisadas e aplicadas a cada revisão quinquenal tarifária efetuada, nos termos previstos no Contrato de Concessão do Serviço Públicos de Distribuição de Gás Canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro em julho de 1997.

Além disso anualmente há correção das margens pelo IGPM, conforme determina o contrato de concessão.

i. países estrangeiros onde o emissor atua

A Companhia não atua em países estrangeiros.

j. questões sociais

A partir da responsabilidade corporativa, as empresas do mundo inteiro vêm implementando projetos e novos planos de negócios que contemplem os fundamentos de ASG. Em busca da melhoria contínua, é crucial a adequação para minimizar impactos sociais gerados pelas atividades das companhias. Por isso, a CEG demonstra empenho em criar valor para a sociedade, respondendo às necessidades sociais, com dedicação especial às pautas ASG.

A CEG tem como prioridade as práticas e políticas sociais, inserindo-as no modelo de gestão da companhia, de acordo com os conceitos ASG. Por isso, em seu Plano de Sustentabilidade possui 6 drivers em destaque, entre eles a Responsabilidade Social, que possui metas implementadas, promovendo diversos projetos e ações. Para entendê-lo melhor, foi realizado um extenso estudo de materialidade para o relatório de sustentabilidade, com foco no país e entrevistas com os principais stakeholders da companhia; promoção de uma pesquisa quantitativa sobre ASG para a avaliação da percepção dos principais stakeholders com foco no entendimento dos projetos e ações que devem ser desenvolvidos e divulgados para gerar valor para a companhia e a sociedade.

Os projetos sociais da CEG avançam a cada ano e têm como objetivo impactar positivamente a sociedade e gerar valor para todo. A companhia está avançando na incorporação de uma cultura ASG para levar um futuro ainda melhor para todos, transformando o mundo por meio da energia, considerando sempre as demandas da sociedade e dos clientes.

Pensando na transparência de suas ações e atividades, a CEG publica anualmente o Informe de Responsabilidade Corporativa, que pode ser acessado no portal corporativo da companhia.

k. questões ambientais

A realização de obras pela Companhia para extensão da rede de gasodutos ou para sua manutenção é precedida de autorizações dos órgãos ambientais de regulação estadual e/ou municipais, que fiscalizam a atuação da Companhia, a qual também é fiscalizada pela Agência Reguladora Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Desta forma, o cumprimento das regras e exigências impostas pelos órgãos reguladores mitiga eventuais riscos relacionados às questões ambientais.

Além disso, a Companhia possui interesse e atenção com questões sócio ambientais que estão melhores descritas no item 1.6 deste Formulário e Referência e no Informe de Responsabilidade de Corporativa do Grupo que é divulgado anualmente na página da internet da Companhia, no link:

<https://www.naturgy.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/publicacoes+e+informes/1297132725109/brasil.html>

4.1 Descrição dos fatores de risco

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Naturgy considera essencial para a criação de valor e construção de confiança manter uma conduta íntegra e responsável com seus stakeholders, bem como promover a sustentabilidade e visão ao longo prazo da empresa; sendo estes os pilares fundamentais e intrínsecos de seus valores e cultura corporativa. A mudança climática, a transição energética, a escassez de recursos naturais, a ruptura tecnológica e digital, o crescimento da população e urbanização são desafios aos quais a Naturgy se antecipa e se adapta. A empresa consegue, assim, antecipar-se aos riscos tradicionais e emergentes, encontrar novas oportunidades de negócios e dar resposta às necessidades dos diferentes stakeholders.

Risco meio ambiente

Risco associado à possibilidade de que por forma natural ou por ação humana sejam superados limites ambientais fixados pelo regulador, danifiquem-se os ecossistemas ou a biodiversidade.

A Naturgy identificou os riscos ambientais em suas instalações, utilizando como base a normativa de referência – UNE 150008 na Espanha. Para sua prevenção, implantou um sistema integrado de gestão que reúne os procedimentos de controle operacional e de gestão ambiental. Este sistema é auditado internamente e certificado e auditado anualmente por AENOR. Além disso, a Naturgy implantou planos de emergência em instalações e depósitos com risco de acidente ambiental, incluindo um plano de atuação, meios de contenção e simulacros periódicos.

Risco de mudança climática e transição energética

Risco derivado da transição energética (regulação, mercado, tecnologias) e dos impactos físicos da mudança climática (agudos e crônicos).

Com o objetivo de integrar a variável climática na gestão de riscos e oportunidades e no planejamento estratégico da Naturgy, a identificação, medição e gestão dos riscos e das oportunidades da mudança climática são realizadas de acordo com as recomendações do Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD). O resultado mais destacado deste processo em 2021 é a incorporação dos riscos e as oportunidades da mudança climática no processo de reflexão estratégica que deu como resultado o novo Plano Estratégico 2021-2025, alinhado com a agenda climática internacional.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Diversos analistas e agências de rating avaliam periodicamente o desempenho da Naturgy em matéria ambiental, social e boa governança. Na avaliação de sustentabilidade realizada por S&P Global em 2021, a empresa obteve uma avaliação de 77 pontos em 100. Esta pontuação é significativamente inferior à obtida em exercícios anteriores e, conseqüentemente, a empresa deixou de fazer parte do Dow Jones Sustainability Index. Embora o exercício de 2020, que é sobre o qual se realizou a avaliação, tenha sido muito impactado em alguns aspectos avaliados pela crise decorrente da Covid-19, a Naturgy tem entendido esta circunstância como uma oportunidade para identificar potenciais áreas de melhoria, nas quais já está trabalhando para retomar a posição de liderança que tradicionalmente tem mantido no índice. Entretanto, a empresa continua se situando em posições de referência em outros dos principais índices de sustentabilidade.

A Naturgy faz parte de FTSE4GOOD desde sua criação, em 2001. Da mesma forma, durante 2021, a Naturgy foi avaliada por agências de rating como MSCI, em que conseguiu novamente a avaliação máxima (AAA), e Sustainalytics, em que manteve um perfil de risco baixo frente às 673 utilities avaliadas e foi reconhecida com o distintivo ASG Industry Top-Rated. Quanto ao ISS ASG, mantém-se dentro de 10% de empresas do setor com melhor avaliação. A Naturgy continua fazendo parte das três variantes de Euronext Vigeo, World 120, Europe 120 e Eurozone 120, a partir da avaliação realizada pela agência Vigeo Eiris a cada dois anos. Da mesma forma, Ecovadis, fornecedor mundial de qualificação de sustentabilidade empresarial, avaliou com a medalha de ouro o desempenho da Naturgy em matéria social, ambiental e boa governança. Em 2021, a Naturgy foi reconhecida como líder mundial por sua gestão no uso dos recursos hídricos, ao ser incluída no índice A List 2021 de CDP Water. Da mesma forma, continua ocupando postos de liderança na gestão climática ao integrar a A- List de CDP Climate. A presença nestes índices de sustentabilidade valoriza o esforço realizado pela empresa em matéria de responsabilidade corporativa e transparência informativa e implica um reconhecimento externo da boa evolução de suas atuações nesta matéria.

Riscos de security, processos, fraude, segurança cibernética, proteção de dados, meio ambiente, satisfação do cliente, segurança e saúde, reputação, ASG, mudança climática e transição energética, compliance e pessoas.

Avalia-se a posição em risco mediante mapas de calor, definindo para cada categoria de risco seus fatores críticos, quantificando tanto a probabilidade de ocorrência quanto o impacto de cada fator, garantindo a homogeneidade nos critérios utilizados em sua medição.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- Contrato de fornecimento de Gás com a Petrobras - Risco da cassação das liminares, deixando as distribuidoras sem amparo contratual para fornecimento de gás natural, e sujeitas à precificação de um fornecimento de gás spot;
- Risco de cobrança retroativa do período em que a liminar ficou em vigor;
- Risco de manutenção da Deliberação da 4ª Revisão tarifária e a determinação de compensação retroativa;
- Risco da 5ª Revisão Tarifária sem o devido equacionamento da revisão anterior;
- Questões ambientais que precisam de autorizações prévias dos órgãos ambientais para a realização de obras pela Companhia para extensão da rede de gasodutos ou para sua manutenção.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A gestão dos riscos financeiros da Companhia é descrita na Nota 4 das Demonstrações Financeiras da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as diretrizes discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica condutas de proteção contra eventuais riscos financeiros.

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Risco de mercado

Risco cambial: O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

Risco com taxa de juros: A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2022, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota Explicativa nº 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. resumo das decisões de mérito proferidas; h. estágio do processo; i. se a chance de perda é: (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante e; k. análise do impacto em caso de perda do processo

Fatores de Risco - <u>Ações Trabalhistas</u> de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Ministério Público do Trabalho / RJ	CEG	58ª VT/RJ	24/05/2007	Suspensão de atividade terceirizada	Suspensão da contratação pela CEG, com empresas especializadas, de todos os serviços que, segundo a inicial, estão ligados a atividade fim da CEG.	Remota	Suspensão de atividade terceirizada	Não há

g. resumo das decisões de mérito proferidas

A rigor, não houve uma decisão de mérito. Como a ação envolve terceirização de atividade-fim, o juízo, em razão do advento da Reforma Trabalhista e da decisão do STF autorizando a terceirização ampla, acabou extinguindo o feito sem resolução do mérito, por perda de objeto. Decisão de dezembro de 2019.

h. estágio do processo

O processo se encontra aguardando o julgamento do recurso ordinário do ministério público do trabalho, sob a relatoria do Desembargador Ângelo Galvão Zamorano.

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante

É relevante porque tem o potencial de proibir que a Companhia se valha de mão-de-obra terceirizada de variadas espécies (embora hoje o cenário se afigure extremamente favorável aos interesses da Companhia, justamente em razão da Reforma Trabalhista e do atual posicionamento do STF sobre a matéria).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Fatores de Risco - <u>Processos Fiscais</u> de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$)	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão (R\$)
CEG (1)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	413.462.211,73	Anular débitos	Provável	Pagamento	313.145.623,08
Fazenda	CEG (1)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	66.559.112,47	Execução Fiscal	Provável	Pagamento	63.539.100,06
CEG (1)	Fazenda	19ª Vara Federal	12/05/2010	23.971,64	Compensação	Provável	Pagamento	23.971,64
Fazenda	CEG (1)	3ª Vara de Execução Fiscal	05/05/2016	3.024.556,11	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (1)	3ª Vara de Execução Fiscal	02/02/2016	4.187.674,27	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (3)	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	12.959.422,31	Anular débitos	Provável	Pagamento	12.959.422,31
CEG (1)	União Federal	28ª Vara Federal	04/10/2007	487.257.526,22	Compensação de PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou "sem efeito" decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	principal Provável para o // Remoto para multa e juros	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	376.708.694,78
CEG(2)	União Federal	11ª Vara Federal RJ	30/04/2021	26.108.417,87	Anular débitos	Provável / Remota	Pagamento	5.072.568,59

(1) Em conexão

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas

- (1) Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. Por tal motivo, a Companhia ingressou com ação anulatória de n.º 0025299-63.2007.4.02.5101, no TRF 2, visando desconstituir a decisão da União Federal que anulou o parecer decisório que permitia a compensação dos montantes de PIS e COFINS. O valor atualizado da causa, incluindo multas, atualização monetária (Selic) e compensação em duplicidade é de R\$ 487.258, em 31 de dezembro de 2022. A sentença de 1ª instância condenou a Companhia a devolver o montante principal atualizado, excluindo a incidência de juros e da compensação em duplicidade, sentença esta que foi objeto de recursos de apelação tanto por parte da CEG quanto por parte da União Federal. As referidas apelações foram pautadas para julgamento em 05.10.2022 pelo TRF2, o que ocorreu parcialmente em função de pedido de vistas de uma desembargadora, contudo, o desembargador relator proferiu seu voto mantendo a sentença de 1ª instância e expressamente inserindo em seu voto a atualização monetária. Assim, considerando a avaliação do caso junto ao escritório externo responsável pela causa, tendo em vista o andamento processual e contexto atuais, houve a classificação de risco de perda da causa como provável do montante de R\$376.709
- (2) Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo referente a homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.108 (R\$ 25.014 em 31 de dezembro de 2021). Em 2022, fruto do resultado parcial de trabalho de perícia judicial, os advogados da Companhia reviram o prognóstico e estimam que parte do processo no valor de R\$ 5.073 tem probabilidade de perda provável, razão pela qual foi constituída a provisão deste valor, a outra parte no valor de R\$ 21.035 segue com prognóstico de perda possível.
- (3) Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo

h. estágio do processo

Todos os processos relacionados anteriormente estão em discussão judicial, tendo cessado as discussões em âmbito administrativo.

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante

São considerados relevantes pelos montantes envolvidos.

Fatores de Risco - Processos Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Formulário de Referência - 2023 - CIA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG Número processo	Advogado responsável	Parte Contrária	1ª Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$)	Principais fatos/pedidos	Resumo das decisões de mérito proferidas	estágio do processo	Chance de perda	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
0088384-92.2004.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	R\$ 292.331.097,47	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998	Deferida a tutela de urgência em 02.08.2004 para suspender os efeitos das deliberações impugnadas. Sentença de improcedência e revogação da liminar em 25.08.2015. Em sede recursal, foi alterada a sentença para manter o repasse da COFINS na tarifa, mantendo a improcedência com relação ao repasse da taxa ASEP e da CPMF na tarifa, com relação à atualização monetária com base na variação do IGPM entre abril/97 e junho/98, e com relação à exclusão do tributo incidente sobre a estrutura tarifária. Atualmente processo está no STJ para julgamento do Recurso Especial.	Fase recursal	Remoto	O valor envolvido nos tributos discutidos no processo poderá acarretar às Cias graves prejuízos, no caso da necessidade de serem devolvidos ao consumidor.	Prevalecerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos para a CEG.	N/A
0129467-15.2009.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	AGRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	14ª VFP	25/05/2009	R\$ 29.977.540,86	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	Proferida sentença favorável às Concessionárias (improcedência do pedido). Foi interposto recurso de apelação pela parte Autora, o qual está suspenso até que haja decisão no STJ acerca da nulidade	Fase recursal	Possível	O processo envolve a declaração de ilegalidade das Deliberações 370/09 e 371/09, tornando assim	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

							da ação, em razão da ausência de apresentação, pela Autora, de autorização para representação dos associados.			inexigível a majoração da margem de distribuição termoeletrica. Caso haja decisão desfavorável, poderá haver impacto financeiro relevante.		
0257608-18.2010.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	AGENERSA	14ª VFP	10/04/2015	R\$ 3.867.932,83	Declarar a nulidade da multa aplicada pela AGENERSA por entender que a Companhia teve responsabilidade no acidente com morte ocorrido em 13/09/2006 na Rua das Laranjeiras, 183/404.	Proferida sentença de improcedência dos pedidos. Foi interposto recurso de apelação, o qual foi parcialmente acolhido apenas com relação à verba sucumbencial. Atualmente processo está no STJ aguardando julgamento do Recurso Especial	Fase recursal	Provável	A ação envolve acidente com vítima fatal	Pagamento da multa	R\$ 3.867.932,83
0011471-69.2004.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	AGENERSA	02ª VFP	02/02/2004	R\$ 65.386.515,94	PCS do Gás - visa anular a Deliberação 299/2002 referente a fator de correção do poder calorífico do gás manufaturado que determinava a compensação de valores arrecadados no período compreendido entre outubro de 2000 e dezembro de 2002, em razão da diferença entre	Proferida sentença favorável - julgado procedente o pedido de anulação da Deliberação 292/02.	Fase recursal	Remoto	O processo envolve a anulação da Deliberação 299/02, que envolve a reanálise do poder calorífico do gás manufaturado pela CEG. A referida deliberação determinou a adoção de parâmetro equivocado para o PCS, o	Devolução de valores aos usuários e risco aos equipamentos da Cia e aos usuários, em virtude da possibilidade de combustão dos queimadores domésticos de gás.	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

						o determinado e o efetivado,				qual, se utilizado, colocaria em risco todos os equipamentos da Cia., além de gerar risco aos consumidores em razão da probabilidade de combustão dos queimadores domésticos de gás.		
0197728-46.2020.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	Estado do RJ	01ª VFP	01/10/2020	R\$ 61.123.304,61	Ação de cobrança referente (i) aos valores de atualização da segunda e terceira parcelas da outorga compensatória para pela CEG ao Estado do RJ do Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) dos créditos que a CEG teria abatido referente a faturas de órgãos estaduais em aberto; (iii) o abatimento dos custos financeiros para o adiantamento do pagamento da terceira parcela, em atendimento ao pedido do	Ainda não foi proferida decisão de mérito.	Fase de instrução	Remoto	O valor cobrado pelo Estado ultrapassa 40 milhões de reais	Ter que pagar os valores cobrados pelo Estado do RJ	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

0262718-56.2014.8.19.0001	Danielle Pereira Passeri Celidonio	Arthur Ferreira Macedo	49ª V C Capital	06/08/2014	R\$ 4.027.927,42	Governador do Estado do RJ	Ação indenizatória proposta pelo filho e companheira de DARIO DE OLIVEIRA MACEDO, falecido em 14/12/2013, em virtude de acidente automobilístico ocorrido entre veículo conduzido pela vítima e outro, o qual, por sua vez, trafegando na Avenida Presidente Kenedy, perdeu o controle, atravessou o canteiro e invadiu a faixa contrária, capotando, em virtude de trecho em obras, sob a responsabilidade da ré.	Sentença de mérito julgando PROCEDENTE o pedido para condenar a Concessionária a pagar, a título de: "a) danos morais, as quantias de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o autor ARTHUR e de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a autora MONIQUE, que deverão ser corrigidas monetariamente a partir da publicação desta decisão, consoante o verbete 97 da súmula de jurisprudência do TJRJ, e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso (14/12/2013) b) danos materiais, consistentes em despesas de funeral, o valor de R\$ 4.068,00 (quatro mil e sessenta e oito reais), corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento (14/12/2013); c) pensionamento no patamar de 1/3 de 2,49 salários mínimo	Fase recursal: aguardando julgamento de agravo em Resp (STJ)	Provável	A ação envolve acidente com vítima fatal e valor envolvido.	Pagamento dos valores determinados nos termos da condenação.	R\$ 4.027.927,42
---------------------------	------------------------------------	------------------------	-----------------	------------	------------------	----------------------------	--	---	--	----------	---	--	------------------

4.4 Processos não sigilosos relevantes

						<p>de cada época, inclusive, 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional, para a autora MONIQUE, a contar do evento (14/12/2013) até 21/12/2054, ou até o óbito da beneficiária, o que ocorrer primeiro; d) pensionamento no patamar de 1/3 de 2,49 salários mínimo de cada época, inclusive, 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional, para o autor ARTHUR, a contar do evento (14/12/2013) até 18/07/2034, a contar de quando seu pensionamento será incorporado ao da primeira autora, até o termo final do item 'c'. Condeno-a, ainda, ao pagamento dos ônus sucumbenciais, fixados os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, observados os requisitos do artigo 85, §2º do CPC/2015. Certificados o trânsito em julgado, a inexistência de custas pendentes e a inércia das partes, dê-se baixa e remeta-se à Central</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

							de Arquivamento do 1º NUR".					
							Recurso de apelação provido parcialmente, nos seguintes termos: "...voto no sentido de dar-se parcial provimento ao recurso para (I) reduzir a indenização por despesas com funeral para o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo nacional vigente à época do falecimento e (II) reduzir para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a indenização por danos morais devida ao 2º Autor e à 1ª Autora, respectivamente". Opostos Embargos de Declaração, interpostos Recurso Especial e agravo em REsp.					
0258189-28.2013.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	11 VFP	29/07/2013	R\$ 3.141.561,64	Ação de execução fiscal movida pelo ERJ, a qual visa o pagamento de multa arbitrada pela AGENERSA no processo regulatório E-12/020.335/2009, o qual envolve acidente com morte ocorrido na	Sentença de improcedência dos Embargos à Execução opostos. Em seguida, foi determinada a suspensão da execução haja visto que o débito é objeto de ação anulatória.	Arquivamento provisório	Provável	Elevado valor da multa e acidente com vítima fatal	O pagamento da multa.	R\$ 3.141.561,64

4.4 Processos não sigilosos relevantes

0061438-15.2006.8.19.0001	Danielle Pereira Passeri Celidonio	Antero Luis Branco Leivas	24ª VC Capital	23/05/2006	R\$ 2.685.602,13	Rua Visconde de Pirajá, 306/302, Ipanema, por intoxicação. Ação indenizatória por danos materiais e morais. Afirma o autor que no dia 02/06/2003, às 20h, transitava pela Rua Carlos Vasconcelos, na Tijuca, quando caiu em um buraco que se encontrava aberto em virtude de obras da Concessionária, sem nenhuma placa ou indicação de alerta. Aduz que no dia seguinte, sentindo muitas dores e febre, foi diagnosticado no Hospital como caso grave, com necessidade de intervenção cirúrgica, em razão de fratura na fíbula. Após a cirurgia permaneceu imobilizado por quatro meses e meio, tendo a Concessionária disponibilizado por três meses o uso de um 'laptop', vez que o autor é	Sentença de mérito julgando PROCEDENTE o pedido para: "1) CONDENAR as rés, solidariamente, no pagamento de pensão mensal, nos termos do decidido em Agravo de Instrumento pela Colenda 18ª Câmara Cível, conforme Acórdão de fls. 465/472. Ou seja, em valor equivalente a cinco salários mínimos, até o 5º dia útil de cada mês, em conta de titularidade do autor, enquanto for vivo; 2) CONDENAR as rés, solidariamente, a custearem todo o tratamento médico necessário ao autor, incluindo-se medicamentos, eventuais procedimentos, internações e acessórios, tais como muletas, cadeira de rodas e afins; 3) CONDENAR as rés, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais ao autor na quantia de R\$ 46.850,00 (quarenta e	Fase recursal: aguardando julgamento de Embargos de Declaração (STJ)	Provável	Valores envolvidos.	Pagamento dos valores determinados nos termos da condenação.	R\$ 2.685.602,13
---------------------------	---------------------------------------	------------------------------	----------------------	------------	---------------------	---	--	--	----------	---------------------	--	---------------------

4.4 Processos não sigilosos relevantes

					<p>jornalista, e se comprometido a custear o tratamento enquanto fosse necessário. Contudo, após oito meses, parou de custear o tratamento. Por fim, aduz que o acidente abalou completamente sua estrutura física, mensal e intelectual.</p>	<p>seis mil e oitocentos e cinquenta reais), com correção monetária pelos índices oficiais da CGJ a contar da presente, e incidência de juros legais moratórios de 1% ao mês desde o evento, por se tratar de responsabilidade extracontratual. Condeno as rés, por fim, solidariamente, no pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o total da condenação, incluindo-se as pensões pagas no curso da lide". Recursos de apelação não providos nos seguintes termos: "APELAÇÕES CÍVEIS. RECURSO ADESIVO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS AJUIZADA CONTRA CEG - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. FATO DO SERVIÇO. OBRAS DE REPARAÇÃO EM GALERIAS DO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE GÁS REALIZADAS, EM VIA PÚBLICA, POR</p>				
--	--	--	--	--	---	---	--	--	--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

							EMPRESA CONTRATADA PELA CEG. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO NO LOCAL DE QUE DECORREU A QUEDA DE TRANSEUNTE, A ESTE ACARRETANDO LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. NEXO CAUSAL E DANOS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DE NATUREZA OBJETIVA E SOLIDÁRIA. VERBAS FIXADAS EM ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE E RECURSO DESPROVIDOS". Interpostos REsp e AREsp, mantendo-se, todavia, o acórdão.					
0179502-95.2017.8.19.0001	Luciana Chagas de Andrade Lopes	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	11 VFP	17/07/2017	R\$ 2.922.739,11	Ação de execução fiscal movida pelo ERJ, a qual visa o pagamento de multa arbitrada pela AGENERSA no processo regulatório E-12/003.344/2014, o qual envolve a apresentação do plano plurianual de investimentos relativo aos anos 2013 a 2017.	Execução suspensa provisoriamente	Arquivamento provisório	Provável	Elevado valor da multa	O pagamento da multa.	R\$ 2.922.739,11

4.4 Processos não sigilosos relevantes

0064543-17.2018.8.19.0021	Guilherme Hilario Guillarducci	Posto de Gasolina Dos Italianos Ltda	7ª VC Caxias	14/11/2018	R\$ 73.636.845,81	Ação de Cobrança em que a Concessionária sustenta, em síntese, que firmou relação jurídica contratual com posto COMERCIAL ATACADISTA NOVA PRIMAVERA DOIS - EIRELI, contrato GNV-C-03-429/04, para a prestação dos serviços de revenda de Gás Natural Veicular, tendo, posteriormente, com a anuência deste, sido celebrado contrato de cessão de direitos entre aquele Posto (NOVA PRIMAVERA) e o POSTO ITALIANOS, de modo que este assumiu os direitos e obrigações inerentes ao contrato GNV-C-03-429/04, tornando-se um revendedora de GNV (Gás Natural Veicular), com distribuição a partir de 09.06.2016. Que, pela prestação do serviço, faturava	Sentença de mérito julgando IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL E PROCEDENTE O PEDIDO RECONVENCIONAL, para declarar a nulidade do ato praticado pela Concessionária, consistente na rescisão unilateral do contrato de prestação de serviço firmado entre as partes. Condeno-a ao ressarcimento dos danos materiais causados ao Posto, quanto aos lucros cessantes, nos moldes especificados na peça reconvenicional, determinando que seja apurada a extensão do prejuízo na fase de liquidação de sentença, tudo corrigido monetariamente, a partir da data em houve a suspensão do serviço, com acréscimo de juros a partir da citação. Considerando a gravidade dos prejuízos sofridos pelo Posto e a urgência em cessá-los, deferiu-se a tutela provisória, transformando-a em definitiva, determinado que a	Fase recursal: aguardando julgamento da Apelação	Provável	Valores envolvidos.	Pagamento dos valores determinados nos termos da condenação.	R\$ 14.490.000,00
---------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	--------------	------------	-------------------	---	---	--	----------	---------------------	--	-------------------

4.4 Processos não sigilosos relevantes

					<p>mensalmente a quantidade de gás mediante envio de fatura, após verificação do GNV revendido pelo Posto Revendedor por meio do sistema da telemetria instalado na estação de medição e regulação. Que, no entanto, em fiscalização ocorrida nas dependências do estabelecimento do Posto, constatou a existência de manipulação indevida, que mascarava a quantidade de gás revendida, causando-lhe prejuízo financeiro, além de tal prática colocar em risco a vida dos próprios funcionários do Posto, bem como da população local, o que ensejou a rescisão contratual unilateral e a interrupção do fornecimento, após notificação encaminhada ao</p>	<p>Concessionária restabelecesse, no prazo de 48 horas, o serviço contratado, sob pena de multa diária estabelecida em R\$50.000,00(cinquenta mil reais). Foi interposto o recurso de Apelação com pedido de efeito suspensivo. Indeferido pedido de efeito suspensivo. Aguardando julgamento da Apelação.</p>				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

						representante do Posto. Posto apresentou contestação e Reconvenção, refutando todas as alegações da Concessionária. Na peça de Reconvenção, requereu o reestabelecimento do fornecimento de GNV, com a declaração de ilicitude do ato de rescisão unilateral do contrato, pleiteando, também, indenização por dano moral, materiais, inclusive lucros cessantes e demais cominações legais à reconvinada.						
0022389-62.2019.8.19.0210	Guilherme Hilario Guillarducci	QUALIVERDE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SERVIÇOS LTDA	50ª VC Capital	12/07/2019	R\$ 2.841.534,20	Trata-se de ação de cobrança por meio da qual a parte autora requer a condenação da ré ao pagamento do valor de R\$1.426.570,42 a título de quitação de serviço prestado pela autora á pessoa jurídica pertencente ao mesmo grupo	Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos autorais, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a ré a pagar à autora os valores que constem da nota fiscal e das requisições de compra geradas em nome da GÁS NATURAL SERVIÇOS S.A. - GNS às	Fase Recursal: Aguardando o julgamento do RESP	Provável	Valores envolvidos.	Pagamento dos valores determinados nos termos da condenação.	R\$ 2.841.534,20

4.4 Processos não sigilosos relevantes

					<p>econômico que a ré, qual seja Gás Natural Serviços - GNS. Alega que foi contratada para captar possíveis clientes, elaborar e executar obras de projetos que tivessem como objeto eficiência na economia do uso de energia. E que, após a realização de obras dos projetos Green Garden MR Pousada LTDA - ME, Gato do Armazém e Hellenas Bar, recebeu comunicado da contratante de que os projetos teriam sido cancelados. A sentença julgou procedentes os pedidos autorais para condenar a ré a pagar à autora os valores que constem da nota fiscal e das requisições de compra geradas em nome da GÁS NATURAL SERVIÇOS S.A. - GNS às fls.245/280, acrescidos de juros de 1% ao mês a</p>	<p>fls.245/280, acrescidos de juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a contar da presente sentença. Condeno a parte ré ao pagamento das despesas processuais e de honorários advocatícios os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, ambos a contar da presente sentença, observado o disposto no art. 98, §3º, do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa e arquivem-se. P.R.I.</p>				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

						<p>contar da citação e correção monetária a contar da presente sentença. Condeno a parte ré ao pagamento das despesas processuais e de honorários advocatícios os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês.</p> <p>Interpusemos apelação, que não acolhida e autor iniciou a execução provisória no valor de R\$ R\$2.053.429,24.</p> <p>No processo principal foi apresentado Recurso Especial que foi admitido e deferido o efeito suspensivo e aguarda julgamento.</p>						
1023720-77.2017.8.26.0100	Danielle Pereira Passeri Celidonio	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	43ª VC TJSP	17/03/2017	R\$ 2.375.159,55	Trata-se de ação de cobrança por meio da qual a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. requer a condenação da	Sentença de mérito julgando PROCEDENTE o pedido para condenar a Concessionária ao pagamento de R\$1.532.047,77 mais ônus sucumbenciais.	Fase recursal: aguardando julgamento de agravo em Resp (STJ)	Provável	Valores envolvidos.	Pagamento dos valores determinados nos termos da condenação.	R\$ 2.375.159,55

4.4 Processos não sigilosos relevantes

						Concessionária ao pagamento da integralidade dos valores por aquela despendidos "para a remoção da infraestrutura da CEG que ocupava a faixa de domínio".	Recurso de apelação não provido tendo sido mantida pelo TJSP a sentença. Opostos Embargos de Declaração, interpostos Recurso Especial e agravo em REsp.					
0809982-94.2023.8.19.0001	Guilherme Hilario Guillarducci	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.	20ª VC Capital	31/03/2023	R\$ 3.260.000,00	Trata-se de cumprimento provisório da sentença proferida nos autos n. 0873430-75.2022.8.19.0001, impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo, requerendo a IPP: (a) a concessão da tutela antecipada inaudita altera pars, nos termos do art. 303 do CPC/15, para que seja determinado o arresto (penhora on line via BacenJud) sobre as contas bancárias da Concessionária, no total de R\$ 1.360.000,00 (um milhão trezentos e sessenta mil reais), referente ao somatório das astreintes, a fim de garantir a satisfação futura do respectivo	Decisão INDEFIRINDO, por ora, a tutela de urgência requerida, consistente no bloqueio on line nas contas da Concessionária, o que será reapreciado após a conclusão da prova pericial determinada naqueles autos.	Fase de instrução	Provável	Valor envolvido.	Pagamento do valor Executado pela IPP.	R\$ 3.260.000,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

					<p>crédito que se busca nesse incidente, bem como compeli a Concessionária a cumprir com a tutela antecipada recursal deferida;</p> <p>(b) a intimação/citação da Concessionária, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito exequendo, que, na data de hoje, perfaz o total R\$ 1.360.000,00 (um milhão trezentos trezentos e sessenta mil reais).</p>					
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado das ações judiciais indicadas no item 4.4 acima corresponde a R\$ 434.353.142,56.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Contrato de fornecimento de Gás com a Petrobras em que há o risco da cassação das liminares, deixando as distribuidoras sem amparo contratual para fornecimento de gás natural, e sujeitas à precificação de um fornecimento de gás spot, bem como o risco de cobrança retroativa do período em que a liminar ficou em vigor.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Nas informações descritas já no itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência são apontadas medidas de mitigação de eventuais riscos que possam ser identificados, complementando-se a seguir:

Com relação aos riscos identificados relacionadas à própria Companhia (emissor):

Do ponto de vista dos riscos relacionados ao emissor, no que diz respeito às **relações laborais**, no item 4.1 está detalhada a atual prática adotada pela Diretoria Recursos, que a denomina como uma política de Passivos Trabalhistas. A área é responsável pelo acompanhamento das demandas judiciais trabalhistas e acompanhamento de contingências. A área de Compras da Companhia é responsável pelo acompanhamento das contratações das empresas terceirizadas.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais cíveis**, a Diretoria Jurídica mantém práticas de redução dos passivos, buscando a realização de acordos judiciais e extrajudiciais. O Estatuto da Companhia prevê limites de alçada (valores) para a Diretoria, para a realização de acordos, em sua gestão, que resultem em exoneração de obrigações ou transação para pôr fim a litígios.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais tributários** a área responsável pelo acompanhamento das demandas e acompanhamento de contingências é a Gerência Fiscal da Companhia.

Do ponto de vista da **regulamentação do setor** e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Com relação aos riscos identificados relacionadas aos seus clientes, distribuídos entre os **segmentos de mercados**, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial, gás natural veicular e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações). As Diretorias Comercial, de Gestão de Rede e a Área de Serviços a Clientes possuem estruturas específicas para o acompanhamento dos clientes de cada seguimento.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da Companhia.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia possui uma área responsável pelo desenvolvimento e aplicação das condutas relacionadas aos controles internos, a qual é responsável pelo relacionamento com o auditor independente, para o acompanhamento das recomendações e para o aprimoramento dos controles internos.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é acompanhada pela área de Controles Internos, gerência dentro da Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores, que pode realizar reuniões com as diversas áreas envolvidas na Companhia.

O Conselho Fiscal também acompanha a identificação das recomendações e o aprimoramento dos controles internos e cobra efetividade na implementação de medidas capazes de atenderem as recomendações apontadas pelo auditor externo.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A Administração da Companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados (riscos gerais).

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo Ernst & Young Auditores Independentes S/S, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo:

Em 31.12.2020, foram apontadas 04 deficiências de controles, 07 pontos de melhoria e 01 pontos de atenção.

5.2 Descrição dos controles internos

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo KPMG Auditores Independentes, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo:

Em 31.12.2021, não foram apontadas deficiências significativas de controles internos (Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança) e nem tampouco foram apontados **descumprimento de normas internas ou regulamentares**. Foram identificados **11 pontos de deficiência não significativa** (outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis).

Em 31.12.2022 não foram apontadas deficiências significativas de controles internos (Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança) e nem tampouco foram apontados **descumprimento de normas internas ou regulamentares**. Foram identificados **6 pontos de deficiência não significativa** (outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento de Controles Internos, emitido pelo auditor independente, referente ao exercício findo em 31.12.2022, não foram apontadas deficiências significativas de controles, mas tão somente recomendações de melhorias (deficiências não significativas).

Todos os pontos são analisados e acompanhados pela administração da Companhia, conforme procedimento interno de acompanhamento das recomendações, justamente visando atender às recomendações indicadas.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela CEG são: Modelo de Prevenção Penal; Código de Ética; Política Anticorrupção e Procedimento de Due Diligence de Contraparte. Os riscos são reavaliados anualmente.

O Programa de Integridade é de responsabilidade colegiada entre Auditoria Interna e Compliance, Jurídico e Econômico Financeiro. O responsável pelo Programa de Integridade da Companhia reporta à Diretoria Executiva da Companhia. Sua criação foi aprovada em reunião de Diretoria da sociedade. A Diretoria Executiva adota as medidas necessárias para o desenvolvimento e implantação do modelo de organização e gestão para prevenção de delitos.

O programa se aplica a todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos, incluindo-se a sua administração, o que engloba a Diretoria e o Conselho de Administração e, também o Conselho Fiscal.

São realizados treinamentos sobre tais mecanismos a cada 02 (dois) anos para todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e Operador técnico da Companhia estabeleceu um regime sancionador, mediante a remissão da norma legal aplicável reconhecida na Consolidação de Leis Trabalhistas do Brasil, que se aplica a todos os empregados e colaboradores.

O Código ético é divulgado na página de internet da CEG no link <https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297266730757/codigo+etico.html>

A Integridade é também um dos sete componentes que compõem as regras de Responsabilidade Corporativa adotadas pela CEG. A Política de Responsabilidade Corporativa do Grupo Gás Natural Fenosa é divulgada no site da CEG no link <https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297092022289/politica+de+responsabilidade+corporativa.html>

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros/**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;**
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A Companhia possui um canal de denúncia com mecanismo de anonimato e preservação do denunciante de boa-fé, o qual é interno, não estando a cargo de terceiros e, que é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros (que não sejam colaboradores ou empregados da Companhia).

A Companhia possui uma comissão do Código de Ética responsável pela apuração das denúncias recebidas através do canal de denúncias.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Tendo em vista que a Companhia possui tais regras, este item não é a ela aplicável.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Tendo em vista que a Companhia possui tais regras, este item não é a ela aplicável.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve, em 2022, alteração significativa na exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, descritos nas suas Demonstrações Financeiras e neste Formulário de Referência. Assim, com relação aos riscos ordinários aos quais a Companhia está exposta, não há expectativa de redução ou aumento de sua exposição.

Vale lembrar que o julgamento do processo da 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas ainda se encontra suspenso, conforme avisos de Fatos Relevantes divulgados ao mercado, informados nas Demonstrações Financeiras dos exercícios findos de 2020, 2021 e 2022 e nos Formulários de Referência conforme atualizados.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, permitindo-lhe manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

5.5 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes da Companhia a ser informada.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

12.206	0,005	0	0,000	12.206	0,005	
--------	-------	---	-------	--------	-------	--

BNDES Participações S.A - BNDESPAR

00.383.281/0002-90	Brasil	Sim		27/04/2000		
--------------------	--------	-----	--	------------	--	--

89.723.998	34,557	0	0,000	89.723.998	34,557	
------------	--------	---	-------	------------	--------	--

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia

08.196.003/0001-54	Brasil			27/04/2000		
--------------------	--------	--	--	------------	--	--

22.991.399	8,855	0	0,000	22.991.399	8,855	
------------	-------	---	-------	------------	-------	--

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Naturgy Distribución Latinoamerica S/A						
05.469.380/0001-21	Espanha	Sim	Sim	27/04/2000		
140.632.546	54,165	0	0,000	140.632.546	54,165	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
6.277.582	2,418	0	0,000	6.277.582	2,418	
TOTAL						
259.637.731	100,000	0	0,000	259.637.731	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Naturgy Distribución Latinoamerica S/A				05.469.380/0001-21		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Gas Natural SDG S/A						
05.469.385/0001-54	Espanha		Sim	30/11/2013		
66.952.867	100,000	0	0,000	66.952.867	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
La Propagadora Del Gas S/A						
	Espanha			30/11/2013		
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Naturgy Distribución Latinoamerica S/A				05.469.380/0001-21		
66.952.868	100,000	0	0,000	66.952.868	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S/A				05.469.385/0001-54		
AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Critéria Caixa S.A.U						
	Espanha	Sim	Sim	21/09/2016		
240.165.442	24,000	0	0,000	240.165.442	24,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GIP III Canary 1 S.A.R.L.						
		Sim	Sim	21/09/2016		
200.137.868	20,000	0	0,000	200.137.868	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
360.248.163	36,000	0	0,000	360.248.163	36,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S/A				05.469.385/0001-54		
Rioja Bidco Shareholding SLU						
		Sim	Sim	18/05/2018		
200.137.868	20,000	0	0,000	200.137.868	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1.000.689.341	100,000	0	0,000	1.000.689.341	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
La Propagadora Del Gas S/A						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Gas Natural Fenosa Internacional S/A						
Espanha			30/11/2013			
1	0,002	0	0,000	1	0,002	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Gas Natural SDG S/A						
05.469.385/0001-54	Espanhola		Sim	30/11/2013		
51.999	99,998	0	0,000	51.999	99,998	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
La Propagadora Del Gas S/A						
52.000	100,000	0	0,000	52.000	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S/A				05.469.385/0001-54		
AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Mesmo quadro apontado para CEG						
				30/11/2013		
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Criteria Caixa S.A.U						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GIP III Canary 1 S.A.R.L.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rioja Bidco Shareholding SLU						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	142
Quantidade acionistas pessoa jurídica	11
Quantidade investidores institucionais	6

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	417.891	0,161%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	417.891	0,161%

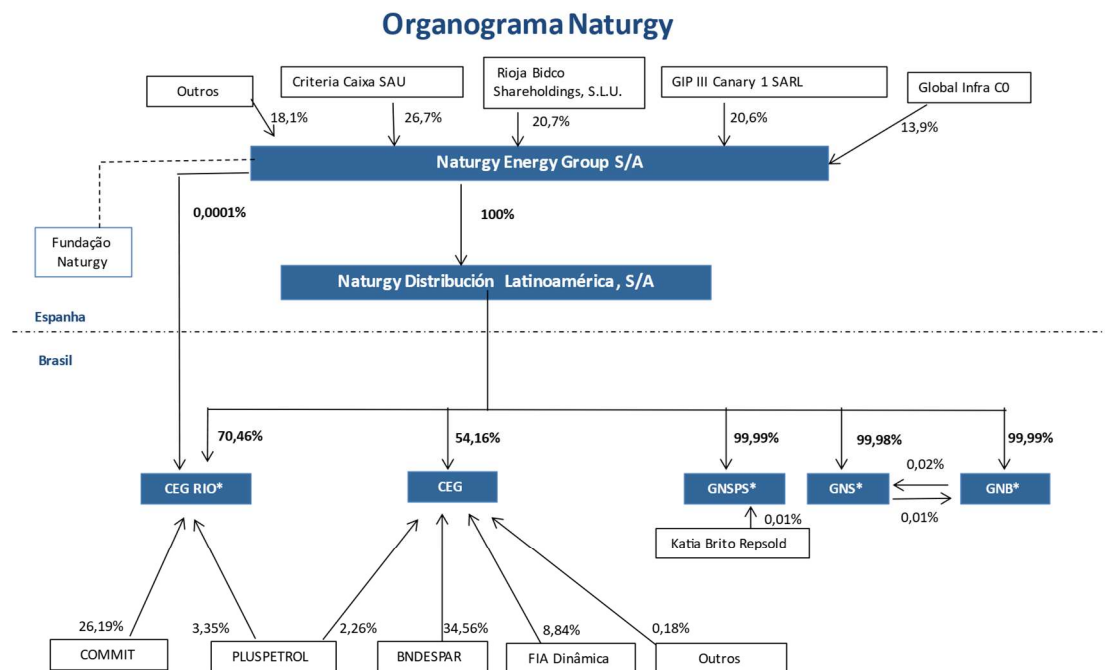
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	42.124.693/0001-74	0,000100
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro	42.171.058/0001-48	0,000100
Serviços de Cogeração Carioca LTDA.	04.165.227/0001-48	11,170000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia não possui empresas por ela controladas; não participa em outras sociedades; outras sociedades sobre controle comum não possuem nela participação; todas as ações da Companhia são ordinárias (assim, não há distinção entre participação maior do que 5% de uma mesma classe ou espécie). É apontado abaixo o organograma do grupo econômico Naturgy Energy Group S/A a respeito das empresas por ela controladas, direta ou indiretamente, no Brasil.



*S/A de Capital Fechado.
 Indicados os percentuais do capital votante (ordinárias). Apenas CEG RIO possui ações preferenciais. A Naturgy Energy Group SA possui 01 ação ordinária da CEG RIO S/A.
 Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG), CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás natural. A Gás Natural Serviços S/A (GNS) e a Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.
 Informados acionistas com participação maior do que 5% ou com posição no Conselho de Administração nas Companhias no Brasil.

6.6 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A respeito do item 6.2 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representem o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações. Neste sentido, vale ressaltar que todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias, não havendo ações preferenciais ou de classes distintas.

Em 2016 foi realizado um grupamento de ações visando adequar e manter as cotações das ações por ela emitidas dentro dos valores mínimos estabelecidos pela B3, dando cumprimento ao disposto no item 5.2 (f) do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários ("Regulamento para Listagem"), sem alteração do valor do capital social. Também em 2016 a acionista majoritária, controladora e operadora da CEG, Gas Natural Internacional SDG S/A, subsidiária integral da empresa Gas Natural SDG S/A (controladora do Grupo Gas Natural Fenosa na Espanha) teve alterada sua razão social passando a denominar-se Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

Ao final de 2018, o então Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico da Companhia, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, todas as empresas operadas e controladas pelo Grupo no Brasil também passaram a incorporar a nova marca em sua identidade visual, porém sem alteração da razão social. A mudança da marca e da identidade visual da Companhia não decorrem e nem resultam em mudança do seu controle acionário, nem em qualquer alteração de sua composição acionária ou de sua administração. Essa mudança foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA e, desde o seu lançamento, passou a ser divulgada amplamente, a fim de informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da empresa, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado;

Não há políticas de indicação e preenchimento destes cargos na Companhia. No caso da eleição dos membros do Conselho de Administração, a eleição, para mandatos com vigência de 01 (um) ano, se dá através do processo de voto múltiplo, cabendo a cada acionista indicar os candidatos ao preenchimento das vagas as quais faz jus conforme o procedimento. Já para eleição dos membros do Conselho Fiscal segue-se o que estipula o Acordo de Acionistas da Companhia que determina que o órgão seja instalado com 3 membros, sendo 2 membros indicados pelo acionista controlador e 1 membro indicado pelo acionista BNDESPAR.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não possui mecanismos formais aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia de Acionistas com o objetivo de avaliar o desempenho dos membros destes órgãos. No entanto, nos termos do parágrafo segundo do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, as condições e requisitos para o exercício do cargo, juntamente com a qualificação dos candidatos, são apresentadas à Assembleia Geral dos Acionistas.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com o artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Administração, prevenir e administrar situações de conflitos de interesses é uma diretriz do Conselho de Administração. O artigo 12 do mesmo Regimento prevê que a pessoa eventualmente envolvida em conflito de interesse pode participar de discussões relacionadas ao tema, contudo, não poderá votar em itens deliberativos.

d. por órgão: i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Formulário estruturado devidamente preenchido.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não tem objetivos específicos com relação a estes temas.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Com o objetivo de integrar a variável climática na gestão de riscos e oportunidades e no planejamento estratégico da Companhia, a identificação, medição e gestão dos riscos e das oportunidades da mudança climática são realizadas de acordo com as recomendações do Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD). O resultado mais destacado deste processo em 2021 é a incorporação dos riscos e as oportunidades da mudança climática no processo de reflexão estratégica que deu como resultado o novo Plano Estratégico 2021-2025, alinhado com a agenda climática internacional. Os órgãos de administração, através do acompanhamento do plano estratégico da Companhia, avalia, gerencia e supervisiona este tema.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	3	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	10	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	4	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 30	9	21	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	11	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Suplentes	0	7	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 30	0	27	0	2	0	0	1

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Informações para reporte ao conselho de administração

Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia possui , um Comitê de Auditoria não estatutário, como órgão auxiliar vinculado ao Conselho de Administração e que tem suas competências reguladas em seu regimento Interno. Este órgão é composto por 3 membros, sendo 1 membro indicado pelo acionista controlador e 2 membros representantes dos acionistas minoritários da Companhia.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As regras de contratação do auditor externo independente asseguram sua independência, conforme destacado no Relatório Anual da Administração relativo ao exercício 2022.

O Grupo controlador da Companhia, que também é seu operador técnico nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás, contrata o serviço de auditor externo internacionalmente para atuar em todas as empresas controladas pelo grupo nos cerca de vinte países onde atua. Tal medida visa, além de permitir uma negociação de custos vantajosa com empresa de grande porte e atuação internacional, assegurar uma padronização dos processos relacionados ao serviço de auditoria internacionalmente. Assim, não há uma política formalmente aprovada pelo Conselho de Administração para a contratação de serviços extra auditoria, o que em regra não ocorre. Os rodízios legais mandatários, seja das empresas de auditoria, seja do sócio responsável pelo acompanhamento da Companhia, são rigorosamente respeitados.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração"

São realizados reports periódicos ao conselho de administração. Caso haja temas críticos podem ser enviados e-mail e convocação extraordinária para reunião específica para o tema ASG.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Anderson Paiva Martins **CPF:** 077.424.247-70 **Profissão:** Contador e Administrador **Data de Nascimento:** 31/03/1979

Experiência Profissional: Nascido no Rio de Janeiro, é contador formado pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio e Adminsitrador formado pelo Centro Universitário da Cidade - RJ. É contador do Banco Classico desde 2015, Conselheiro Fiscal suplente na Engie Brasil Energia S.A desde 2019 e acumulou experiecia em contabilidade e finanças atuando como assistente financeiro e coordenador de planejamento atuando nas empresas Agency Models e Mega Models, respectivamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2024	Sim	

Nome: Anna Maria Bittencourt da Silva Ruivo **CPF:** 078.655.447-90 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 03/10/1977

Experiência Profissional: Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é contadora formada pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior. Possui MBA em Finanças Controladoria e Auditoria e MBA em Administração de Empresas e Negócios ambos pela FGV/RJ. Ingressou no Grupo Naturgy em 2004 na área de Controle de Gestão passando pelos cargos de analista de custo, especialista de controle de gestão, coordenadora de controle de gestão, sendo atualmente responsável pela gerência do setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	28/04/2024	Sim	

Nome: BIANCA GIOVANNA WANDERLEY MASCARO **CPF:** 269.781.178-89 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 08/04/1978

Experiência Profissional: Formada em Administração de Empresas pela PUC/RJ, com MBA em Marketing pela COPPEAD e PMD pelo ISE/IESE, além de diversos cursos técnicos e de liderança. Atuou nas áreas de marketing de empresas como a Shell Brasil, Chevron e grupo Ultra/ Ipiranga. Ingressou na Gas Natural Fenosa como Coordenadora de Marketing, posteriormente assumiu a liderança da equipe de Expansão e Nova Construção sendo responsável pelo planejamento da expansão doméstico/ comercial e das atividades de marketing. Atuou na estrutura América Latina do Grupo como responsável por Promoção de Gás nos países da região: Argentina, Brasil, Colômbia e México. Posteriormente assumiu a operação da unidade de negócios minoristas (liberizados) no Brasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	39 - Outros Conselheiros / Diretores	28/04/2024	Sim	

Nome: BRUNA MARIA GUIMARÃES DE SOUZA **CPF:** 114.427.107-05 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 13/08/1985

Experiência Profissional: Nascida no Rio de Janeiro em 1985, é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre 2007 e 2010 atuou na Diretoria de Regulação da área de Telecomunicações na empresa Telemar Norte Leste S/A. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy em 2012, na Diretoria de Serviços Jurídicos atuando na área de direito público com foco na regulação do serviço público de distribuição de gás canalizado, realizando a interface entre as Concessionárias CEG e CEG RIO e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA). Em 2017, assumiu função de Coordenadora Jurídica, fazendo a gestão de temas e processos estratégicos das empresas do Grupo. É Conselheira Suplente do Gasius, certificada como Conselheira com Ênfase em Administração pelo ICSS até Junho de 2021 (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2024	Sim	

Nome: CAROLINA JUNYENT SANCHO **Passaporte:** PAQ136581 **Nacionalidade:** Espanha **Profissão:** Química **Data de Nascimento:** 03/10/1968

Experiência Profissional: Formada em Ciências Químicas pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha), com PDD pelo Instituto de Empresa (Madrid). Ingressou no Grupo Naturgy em 1991, atuando em diferentes posições da área de Sistemas. Em 2001 ingressou no departamento de Controle de Gestão, onde atualmente ocupa a posição de Controller da região Latam.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	1 ano	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Nome: CHRISTIANE DELART DIAS DE AZEVEDO RIBEIRO **CPF:** 051.941.687-21 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 19/10/1978

Experiência Profissional: Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é Engenheira Civil com MBA em Gestão Empresarial e Pós-graduação em Engenharia de Dutos. Há 20 anos no Grupo Gas Natural Fenosa, atualmente denominado Naturgy, passou pelas áreas de Operações domiciliares, Atendimento a Clientes, Exploração de gás, foi Gerente de Gestão do Sistema de Distribuição, ocupou o cargo de Conselheira de Administração Suplente da CEG, atualmente é Diretora de Gestão de Redes da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	39 - Outros Conselheiros / Diretores	28/04/2024	Sim	

Nome: FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA **CPF:** 028.532.207-96 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 01/09/1972

Experiência Profissional: Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infraestrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	28/04/2024	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2024	Sim	

Nome: Filipe Barreto Baetas **CPF:** 116.040.927-77 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 03/12/1986

Experiência Profissional: Economista, graduado pela PUC-RJ (2008) e certificado (Chartered Financial Analyst) pelo CFA Institute, trabalha há 12 anos no BNDES, com foco em mercado de capitais, ocupando diferentes cargos executivos com atribuições que incluem gestão de portfólio, investimentos, precificação de ativos, mesa de operações, controle, planejamento, transparência e sistematização, sendo atualmente chefe do departamento de operações e controle da Área de Mercado de Capitais do BNDES. Antes de ingressar no BNDES, trabalhou no Banco Itaú e na Ativa Corretora, nas áreas de Wealth Managment & Services e mesa de operações, respectivamente. Atualmente não ocupa nenhum cargo de conselheiro de administração ou fiscal em empresa de capital aberto.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	28/04/2024	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2024	Sim	

Nome: Guilherme de Lemos Medina Coeli **CPF:** 082.200.447-05 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/05/1979

Experiência Profissional: Funcionário concursado do BNDES há 19 anos, com experiência acumulada de 13 anos como executivo, notadamente nas áreas de mercado de capitais e concessões. Foi conselheiro de administração da Companhia Brasileira Offshore Abril/13 a Ago/14 e Rocha Terminais Portuários (Abril16 a Jan/17).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2024	Sim	

Nome: Jerome George Louis Piquemal **Passaporte:** 17AD94152 **Nacionalidade:** França **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 17/08/1968

Experiência Profissional: Formado pela Universidad Pontificia Comillas ICAI-ICADE de Madrid, cursou a NEOMA Business School, na França, tem vasta experiência na área financeira tendo passado pelas empresas Sodexo Argentina, Schlumberger Industries, Crown Cork & Seal, Vicarla.com, ingressou no Grupo Naturgy em julho de 2001, passando pelos cargos de Controller, Diretor Financeiro, ocupando o cargo atual como responsável pelo departamento de novos projetos (finance).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	1 ano	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Nome: JOSE GARCIA SANLEANDRO **Passaporte:** PAK626699 **Nacionalidade:** Espanha **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/04/1961

Experiência Profissional: Formado em engenharia industrial. Iniciou sua carreira na Naturgy há 30 anos, ao longo dos quais vem desempenhando diversos cargos, a partir de 2009, todos em nível de gestão nos seguintes países: Guatemala, Peru, Argentina e Colômbia. Desde agosto de 2018, ocupa a posição de Diretor Geral da América Latina região norte.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	1 ano	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2023	Sim	12/12/2022

Nome: JOSÉ LUIS GIL SÁNCHEZ **CPF:** 002.914.538-53 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/09/1967

Experiência Profissional: atualmente ocupa o cargo de Diretor de Regulação da Naturgy Energy Group. É engenheiro industrial, especializado em electricidade pelo Centro Politécnico Superior de la Universidad de Zaragoza. Pósgraduado em Organização Industrial, Direção Comercial, PDG e outros programas de desenvolvimento pelos CPS, ESIC, ESADE e IESE. Sua trajetória profissional se iniciou no setor metalúrgico, até seu ingresso no Grupo Naturgy, onde ocupou diversos cargos nas áreas de atenção a Clientes e Mercados. Atualmente é Conselheiro da Corporación de Reservas Estratégicas de España, de MIBGAS S.A, de Nedgia Holding SA, de CGE – Chile, CGE Chile gas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	1 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2023	Sim	30/04/2021

Nome: JULIÁN MATÍAS ESCUDER **Passaporte:** AAB673326 **Nacionalidade:** Argentina **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 21/01/1975

Experiência Profissional: Mais de 20 anos de experiência no segmento de energia, principalmente em posições financeiras e como diretor nas empresas participadas. Atualmente ocupa o cargo de Vice-presidente de Administração e Finanças para el Grupo Pluspetrol.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	1 ano	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2023	Não	30/04/2021

Nome: KATIA BRITO REPSOLD **CPF:** 028.239.027-83 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 05/01/1971

Experiência Profissional: Formada em Engenharia Industrial Mecânica em 1992 e Mestre em Tecnologia Mecânica ambos pela CEFET em 1999, ingressou no Grupo Gás Natural em 2001, onde atuou na área de gestão de redes ocupando o cargo de Diretora de Gestão de Redes; assistência a clientes, onde ocupou o cargo de Diretora de Serviços a Clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado também em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. e CBV Indústria Mecânica S/A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	28/04/2024	Sim	

Nome: Leonardo Botelho Ferreira **CPF:** 024.381.047-40 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 03/07/1974

Experiência Profissional: Advogado, formado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (MG), com extensão em desenvolvimento econômico pela UFRJ, e cursando mestrado em gestão internacional pela Universidade de Lancaster, Reino Unido, com mais de 20 anos de experiência em operações de financiamento à infraestrutura e comércio exterior. Exerceu várias posições executivas no BNDES nas áreas de exportação, gabinete da presidência, internacional e financeira. Foi Chefe do Escritório do BNDES para o Mercosul em Montevidéu, Uruguai, membro do conselho de administração do The Montreal Group, empresa que tem como sócios 10 bancos de desenvolvimento internacionais, com sede no Canadá, representante titular do BNDES junto ao Conselho de Amparo ao Trabalhador, Coordenador Nacional do Brasil junto à Associação Latino Americana de Bancos de Desenvolvimento (ALIDE), entre outras posições.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2024	Sim	

Nome: Luiz Henrique Rosario Lafourcade **CPF:** 108.516.887-56 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 15/01/1985

Experiência Profissional: Administrador de Empresas pela UFRJ. Em conclusão do mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – EPGE/RJ. Iniciou sua trajetória profissional no Banco BBM. Ingressou no BNDES em 2010 e já atuou em posições executivas nos Departamentos de Recuperação de Crédito e de Reestruturação de Empresas, tendo passado pela Área de Crédito e Área Financeira. Atualmente é Chefe de Departamento na Área de Mercado de Capitais, Participações e Reestruturação de Empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	28/04/2024	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2024	Sim	

Nome: Manoel Eduardo Lima Lopes **CPF:** 046.227.237-00 **Profissão:** Contador e Advogado **Data de Nascimento:** 07/07/1943

Experiência Profissional: Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943, é Contador e Advogado, foi Conselheiro Fiscal Efetivo na CEG, Superintendente de Controle Banco Estado Rio de Janeiro, Auditor Geral Banco do Estado do Rio de Janeiro, atualmente ocupa o cargo de Diretor no Banco Clássico S/A., é Conselheiro Fiscal na Engie Brasil Energia S/A, e Conselheiro Fiscal na Kepler S/A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2024	Sim	

Nome: Marcelo Porteiro Cardoso **CPF:** 981.765.797-34 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/08/1971

Experiência Profissional: Administrador de Empresas pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em finanças corporativas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Desde 2016 ocupa a posição de Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais (BNDES Digital) do BNDES, responsável pelo financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e à indústria brasileira (FINAME), respondendo por uma carteira de crédito e garantias superior a R\$ 160 bilhões e mais de 450 mil clientes. Tem liderado uma transformação digital do modelo de negócios, redesenhando a atuação do BNDES nesses segmentos, ampliando parcerias e modernizando processos e plataformas, com o foco na ampliação do crédito para pequenos empreendimentos dos segmentos industriais, agro e de comércio e serviços. Durante a pandemia de Covid-19 liderou no BNDES a implementação de diversos produtos de crédito para apoio às MPME, com uma abordagem anticíclica. Na Área de Crédito do BNDES, na posição de Chefe de Departamento, liderou a implementação de instrumentos de garantia para ampliação do acesso ao crédito para pequenas empresas (esp. Fundo Garantidor de Investimentos – FGI). Exerceu a posição de Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social, responsável pelo financiamento de projetos de investimento ao agronegócio e complexo agroindustrial. Atua ainda como representante do BNDES no Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional e atuou como conselheiro na Fundação Banco do Brasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/03/2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2024	Sim	

Nome: MARCIO GOMES VARGAS **CPF:** 022.400.247-39 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 31/05/1973

Experiência Profissional: Nascido no Rio de Janeiro em 1973, é contador formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Possui especialização em Finanças (MBA Finanças Corporativas-FGV). Ingressou na Companhia em 1998 e a partir de 2007 ocupou os cargos de Gerente de Finanças, Gerente de Contabilidade e Gerente de Controller. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores. No Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS foi membro efetivo do Conselho Fiscal de 2008 a 2010 e desde 2016 é Diretor Superintendente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	28/04/2024	Sim	

Nome: MIGUEL GUSTAVO OCCHIPINTI **CPF:** 101.285.481-77 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/07/1961

Experiência Profissional: Nascido em Córdoba, Argentina in 1961, é engenheiro químico formado e com Mestrado em Organização e Gestão Empresarial pela Universidade Nacional de Buenos Aires. Concluiu o Programa de Desenvolvimento de Gerentes - PDD da IAE Business School. É certificado em Produção e Gestão de Inventário pela American Production and Inventory Society. Possui mais de 25 anos de experiência em empresas multinacionais, incluindo petroquímica e petróleo e gás, em diferentes países. Sua sólida experiência é principalmente nos campos de Operações, Suprimentos e Comercial. Atualmente é Gerente de Desenvolvimento Comercial Corporativo na Pluspetrol Corporation, responsável por vendas e marketing e oportunidades comerciais fora da Argentina e do Peru.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2024	Sim	

Nome: PAULO ANDRADE RODRIGUES **CPF:** 093.083.427-53 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 10/01/1947

Experiência Profissional: Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	28/04/2024	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2024	Sim	

Nome: Paulo de Sá Campello Faveret Filho **CPF:** 769.550.957-49 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 05/07/1962

Experiência Profissional: Economista formado pela UFRJ (1984), com mestrado em Economia pela UFRJ (1992) e em gestão internacional pela Universidade de Lancaster (2014). Aprovado em primeiro lugar no concurso de 1992 para o cargo de economista no BNDES, onde exerceu diversos cargos: coordenador (área de planejamento); gerente de estudos setoriais (área industrial); chefe de departamento de planejamento (área de planejamento); chefe de departamento de normas e procedimentos (área de controle); gerente de estudos setoriais (biocombustíveis); chefe de departamento e superintendente da área de recursos humanos; chefe de departamento de monitoramento e avaliação (área de planejamento); gerente de relacionamento com o setor público (área de governo); atualmente como assessor da diretoria de recursos humanos, TI e operações. Foi também conselheiro principal da diretoria executiva para o Brasil e Suriname do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Washington-DC, cargo em nível de Conselho de Administração. Possui extensa experiência em temas relevantes para o cargo de conselheiro: planejamento; gestão de pessoas; análise organizacional e de contexto; financiamento; normas e procedimentos; análise de mercados; dentre outras competências.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2024	Sim	

Nome: RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA **CPF:** 052.566.177-88 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 27/12/1979

Experiência Profissional: Nascido no Rio de Janeiro em 1979, é contador formado pela Universidade Cândido Mendes. Possui M.B.A em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, M.B.A em Gestão de Negócio pela IBMEC Business School, além de PMD II 2015 – Program for Management Development da ISE Business School São Paulo, Brasil / Barcelona, Espanha. Ingressou no grupo Naturgy como menor aprendiz em 1999, na gerência de finanças ocupou diversos cargos desde especialista em finanças até assumir a gerência da área, cargo que ocupa atualmente. Atuou como Conselheiro Fiscal do Gasius - Instituto de Seguridade Social da CEG entre 2013 a 2016 e atualmente ocupa o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2024	Sim	

Nome: RAFAEL SALAS COX **Passaporte:** **Nacionalidade:** **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 06/09/1954

Experiência Profissional: Nascido em 1964 é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Especialista em direito público e regime jurídico de concessionárias de serviços públicos de gás e eletricidade. Com 30 anos de experiência no grupo CGE, adquirido pela Naturgy em 2014, atualmente ocupa o cargo de Diretor Sul – América Latina (Chile, Brasil, Argentina e Peru) dos Serviços Jurídicos do Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2024	Sim	
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2024	Sim	
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2024	Sim	

Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2024	Sim
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2024	Sim
Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2023	28/04/2024	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2024	Sim

Nome: RENATO ACHUTTI **CPF:** 334.651.420-04 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 02/05/1957

Experiência Profissional: Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	28/04/2024	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2024	Sim	

Nome: WAGNER MENDES COSTA **CPF:** 100.989.507-97 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 04/08/1946

Experiência Profissional: Nascido em Minas Gerais, viúvo, engenheiro mecânico, 04/08/1946, Ingressou na Companhia ainda Estatal em 1973 como engenheiro, permaneceu na Companhia após a sua privatização e foi chefe da Divisão de Análise Econômica, Gerente dos Departamentos de Controle e Financeiro, Diretor Financeiro, Gerente de Relações Trabalhistas, e Gerente de Fundos de Pensão até Janeiro de 2018. Foi Diretor Superintendente do Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS pelo período de junho de 2004 a junho de 2016. Posteriormente ocupou o cargo de membro suplente do Conselho Deliberativo do GASIUS com mandato de junho de 2016 a janeiro de 2018.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	28/04/2024	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	28/04/2024	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Nome: MIGUEL GUSTAVO OCCHIPINTI **CPF:** 101.285.481-77 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/07/1961

Experiência Profissional: Nascido em Córdoba, Argentina in 1961, é engenheiro químico formado e com Mestrado em Organização e Gestão Empresarial pela Universidade Nacional de Buenos Aires. Concluiu o Programa de Desenvolvimento de Gerentes - PDD da IAE Business School. É certificado em Produção e Gestão de Inventário pela American Production and Inventory Society. Possui mais de 25 anos de experiência em empresas multinacionais, incluindo petroquímica e petróleo e gás, em diferentes países. Sua sólida experiência é principalmente nos campos de Operações, Suprimentos e Comercial. Atualmente é Gerente de Desenvolvimento Comercial Corporativo na Pluspetrol Corporation, responsável por vendas e marketing e oportunidades comerciais fora da Argentina e do Peru.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2021	1 ano	Conselheiro de Administração Efetivo	01/07/2021	Não	

Nome: RAFAEL SALAS COX **Passaporte:** **Nacionalidade:** **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 06/09/1954

Experiência Profissional: Nascido em 1964 é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Especialista em direito público e regime jurídico de concessionárias de serviços públicos de gás e eletricidade. Com 30 anos de experiência no grupo CGE, adquirido pela Naturgy em 2014, atualmente ocupa o cargo de Diretor Sul – América Latina (Chile, Brasil, Argentina e Peru) dos Serviços Jurídicos do Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2021	1 ano		01/07/2021	Não	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações acima mencionadas.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia. Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para América Latina, mantida pelo grupo controlador Naturgy.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Acordos/seguros de administradores

Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Todos os administradores da Companhia são cobertos por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

A seguradora contratada é a AIG Seguros, a cobertura do seguro é contratada globalmente pelo Grupo Naturgy Energy Group S/A, controlador e operador técnico da Companhia, incluindo-se todas as empresas do grupo. A vigência da cobertura vence no mês de outubro de cada ano. Durante o período de negociação e renovação da apólice, a mesma fica prorrogada assegurando-se a sua cobertura. O prêmio total do seguro, incluindo-se adicional de fracionamento, IOF e custo da apólice corresponde a R\$ 584.253,88, e o limite máximo de garantia corresponde a R\$ 94 milhões.

São cobertos os seguintes riscos: (i) indisponibilidade de bens e “*penhoras-on-line*”; (ii) responsabilidades estatutárias; (iii) multas e penalidades civis; (iv) despesas de publicidade; (v) responsabilidades por erros e omissões na prestação de serviços profissionais; (vi) danos corporais; (vii) reclamações do tomador contra os segurados e segurado contra segurado; (viii) reclamação por danos ambientais; (ix) extensão de cobertura para cônjuge ou companheiro; (x) extensão de cobertura para espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais; (xi) extensão de cobertura para administradores de entidades externas identificadas; (xii) perdas de valores/títulos mobiliários.

7.8 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

A respeito do item 7.4 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há comitês de riscos, financeiro e/ou de remuneração instalados na Companhia. Foi instalado o Comitê de Auditoria Não Estatutário em dezembro de 2018 e desde então este órgão atua em linha com o Conselho de Administração.

A respeito do item 7.5 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações mencionadas no referido item.

A respeito do item 7.6 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador.

Necessário ressaltar que não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração dos administradores

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Os membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui política de remuneração anual para Diretoria Estatutária e não estatutária, passando por aprovação do Conselho as remunerações da Diretoria Estatutária. Não há divulgação via internet.

A Companhia possui para a Diretoria Estatutária e não estatutária um programa de remuneração variável atrelado aos desempenhos globais, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos pré-estabelecidos, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano.

- b. **práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, e em observância da Lei 6.404/76, a remuneração da Administração é aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária de Acionista, que fixa a remuneração individual dos Conselheiros de Administração, reservando para si tal competência, a qual não é delegada ao Conselho de Administração.

Para a remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e Fiscal, em geral, é aplicado índice de correção monetária anual, observando-se o disposto no artigo 162, § 3º da Lei 6.404/76 no que se refere ao Conselho Fiscal.

- c. **composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: (i.1) seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; (i.2) sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; (i.3) sua metodologia de cálculo e de reajuste; (i.4) principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG; ii. razões que justificam a composição da remuneração; iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal, sendo, em geral aplicada correção monetária anualmente (pelo índice de inflação) aos valores aprovados em AGO.

Com relação à Diretoria Estatutária e não estatutária, os indicadores de desempenho são: performance, o cumprimento de metas financeiras, qualitativas e de ESG.

A remuneração variável será calculada da seguinte forma:

Objetivos econômicos do Grupo: 65% do total a ser recebido a título de remuneração variável.

Objetivo Qualitativo: 15% do total a ser recebido a título de remuneração variável.

Objetivos ESG: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável.

Os Conselheiros de Administração indicados pelo acionista BNDESPAR, que integrarem o seu corpo de funcionários, não receberão remuneração por força de política interna do acionista. Os membros independentes farão jus a remuneração.

- d. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores**

8.1 Política ou prática de remuneração

diretos ou indiretos

Não há subsidiárias ou controladas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Com relação ao Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria Estatutária e não estatutária, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito em caso de qualquer mudança do controlador, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	4,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	12,00	4,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.802.414,38	2.567.934,00	325.865,92	5.696.214,30
Benefícios direto e indireto	0,00	1.255.646,00	0,00	1.255.646,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.645.423,00	0,00	1.645.423,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	531.133,00	0,00	531.133,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.802.414,38	6.000.136,00	325.865,92	9.128.416,30

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	4,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	12,00	4,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.651.040,43	2.408.094,00	308.263,99	5.367.398,42
Benefícios direto e indireto	0,00	1.043.633,00	0,00	1.043.633,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal	Não há	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.403.770,00	0,00	1.403.770,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal	A Companhia aplica para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego	0,00	425.397,00	0,00	425.397,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem exclusivamente remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações) nem previsão de remuneração por cessação do cargo.	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem exclusivamente remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Total da remuneração	2.651.040,43	5.280.894,00	308.263,99	8.240.198,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	4,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	12,00	4,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.392.635,77	3.818.453,00	278.216,60	6.489.305,37
Benefícios direto e indireto	0,00	802.309,00	0,00	802.309,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	Os benefícios incluem custos com moradia/locomoção no caso de expatriados.	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.264.153,00	0,00	1.264.153,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	A Companhia aplica para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego	0,00	568.412,00	0,00	568.412,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem exclusivamente remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	Os benefícios incluem custos com moradia/locomoção no caso de expatriados.	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem exclusivamente remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Total da remuneração	2.392.635,77	6.453.327,00	278.216,60	9.124.179,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	8,00	3,00	23,00
Nº de membros remunerados	12,00	8,00	3,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.392.635,77	3.818.453,00	278.216,60	6.489.305,37
Benefícios direto e indireto	0,00	802.309,00	0,00	802.309,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.		Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.264.153,00	0,00	1.264.153,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.		Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego	0,00	568.412,00	0,00	568.412,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem exclusivamente remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem exclusivamente remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Total da remuneração	2.392.635,77	6.453.327,00	278.216,60	9.124.179,37

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado. Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria referente ao ano de 2023:

Bônus: R\$ 1.645.423,00

Valor mínimo previsto no plano de remuneração: R\$ 100.174,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração: R\$ 943.532,00.

Não há remuneração variável de acordo com a participação de resultados e por metas atingidas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais;**
- b. data de aprovação e órgão responsável;**
- c. número máximo de ações abrangidas;**
- d. número máximo de opções a serem outorgadas;**
- e. condições de aquisição de ações;**
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**
- g. critérios para fixação do prazo de exercício;**
- h. forma de liquidação;**
- i. restrições à transferência das ações;**
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;**
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na Companhia não há remuneração baseada em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Outorga de opções de compra de ações

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. data da outorga; e. quantidade de opções outorgadas; f. prazo para que as opções se tornem exercíveis; g. prazo máximo para exercício das opções; h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; i. valor justo das opções na data da outorga; j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não houve opções de compra de ações realizada nos últimos 3 exercícios sociais da Companhia.

8.7 Opções em aberto

Opção em aberto

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis informar: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para o exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações ; (v) preço médio ponderado de exercício ; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e. em relação às opções exercíveis informar: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para o exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. número de ações; e. preço médio ponderado de exercício; f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.10 Outorga de ações

Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. data de outorga; e. quantidade de ações outorgadas; f. prazo máximo para entrega das ações; g. prazo de restrição à transferência das ações; h. valor justo das ações na data da outorga; i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica. Não há outorga de ações na Companhia.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13 Participações detidas por órgão

Precificação detidas por Órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias. Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	0
Diretoria Executiva	0
Conselho Fiscal	0

8.14 Planos de previdência

Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. nome do plano; e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f. condições para se aposentar antecipadamente; g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h.. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva				
	2021 AGO (30.04.2021)	2021 AGE (09.12.2021)	2022	2023 (Proposta)
Número de membros	8	4	4	4
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev	Naturalprev	Naturalprev	Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	0	0	0	0
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2022, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.101.789,00	682.158,05	955.629,52	1.105.349,81
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2022, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	160.433,07	118.152,52	145.929,79	152.081,84
Condições de resgate antecipado	Obs.abaixo	Obs.abaixo	Obs.abaixo	Obs.abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria Não Estatutário.

OBS: 04 diretores são participantes do plano do tipo "Contribuição Definida" com o nome Naturalprev, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade vinculado à aposentadoria pelo INSS e após desligamento da Companhia.

Após aposentadoria e desligamento da Companhia o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	4,00	8,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	8,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.570.599,00	1.025.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	686.097,00	227.138,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	955.895,00	460.171,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Os valores indicados correspondem à aprovação da remuneração global da administração registrada na Ata da AGO realizada em 30/04/2021 para a diretoria então composta por 8 diretores. Em Em 12/05/2021 o Conselho de Administração aprovou a extinção de 04 diretorias estatutárias. A remuneração da da administração deverá ser revisada por uma Assembleia Geral Extraordinária.

Conselho de Administração	
31/12/2022	A remuneração do Conselho de Administração é fixa para todos os membros.
31/12/2021	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.
31/12/2020	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto e funciona com 12 membros, é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixa.
31/12/2021	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 03 membros, e atualmente vem funcionando com 03 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2020	A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, que é composto e funciona com 03 membros, é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Mecanismos remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não se aplica.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica.

8.18 Remuneração - Outras funções

Remuneração - Outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2019	2021	2022*	2023**
268.167,46	268.167,46	297.129,55	314.095,70

* Total de 05 membros **Proposta

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2019	2021*	2022	2023**
375.434,44	375.434,44	415.981,36	439.733,98

* Total de 07 membros **Proposta

8.20 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes a serem prestadas pelo emissor, além daquelas já informadas nos itens anteriores.

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	20/04/2007		
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 522.500,00 (quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos reais) para a revisão das DFs e ITRs		
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor independente em 2011 e nos três exercícios anteriores, além do rodízio mandatório. Em 23/03/2012, em razão do rodízio mandatório, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor independente além do rodízio mandatório, assim, não houve razão apresentada pelo auditor independente, não havendo discordância quanto à substituição ocorrida em 2007face à necessidade decorrente do rodízio.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

Possui auditor?	SIM
Código CVM	567-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Performance Auditoria e Consultoria S/S
CPF/CNPJ	41.968.512/0001-23
Período de prestação de serviço	01/04/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 159.734,45 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor desde 01/04/2012
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve qualquer discordância sendo mantido o auditor desde o início de sua prestação do serviço em 01/04/2012.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	29/04/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor externo entre os anos 2015 e 2016, apenas foi verificada a substituição do responsável técnico, em razão de rodízio interno efetuado pelo auditor externo.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST amp; YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 610.998,28 para DFs e ITRs
Justificativa da substituição	A EY foi contratada em 01/01/2018 em atendimento a um critério legal ao qual está sujeito o controlador e operador técnico da Companhia, o Grupo Naturgy, na Espanha, que cumpriu o prazo limite de permanência com o mesmo auditor (PWC). Como corporação que consolida suas operações e com o objetivo de manter um único auditor em todos os países em que atua, o controlador optou por estender a substituição à todas as empresas controladas. Assim, para o exercício 2019 não haverá alteração na contratação da EY, sendo mantida para os próximos exercícios nos prazos legais.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância acerca da justificativa

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	11/05/2021
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 501.900,00 (quinhentos e um mil e novecentos reais) mais impostos.
Justificativa da substituição	A KPMG foi contratada em 11/05/2021 em atendimento a um critério legal ao qual está sujeito o controlador e operador técnico da Companhia, o Grupo Naturgy, na Espanha, que cumpriu o prazo de permanência com o mesmo auditor (EY). Como corporação que consolida suas operações e com o objetivo de manter um único auditor em todos os países em que atua, o controlador optou por estender a substituição à todas as empresas controladas.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância com a substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não há contratação dos auditores para outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes.

Em 28/04/2021, o Conselho de Administração da CEG aprovou a substituição do auditor externo **ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, com a sua anuência, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 13/05/2021 em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Instrução Normativa Nº 308/99.

O novo auditor externo da Companhia, a partir do exercício iniciado em 01/01/2021, é **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, CNPJ nº 57.755.217/0001-29, com endereço sito à Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar, Edifício Passeio Corporate, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20021-290. Código CVM 4189.

A decisão de mudar de auditor decorreu de um critério legal ao qual está sujeito o controlador e operador técnico da Companhia, o Grupo Naturgy, na Espanha, que cumpriu o prazo limite de permanência com o mesmo auditor (EY). Como corporação que consolida suas operações e com o objetivo de manter um único auditor em todos os países em que atua, o controlador optou por estender a substituição à todas as empresas controladas. Esta opção possibilita gerar sinergias que não apenas beneficiam a corporação que consolida, mas também as operações das empresas controladas, sendo possível definir alinhamentos padronizados de auditorias e critérios de aplicação contábil de maneira geral.

Cumprе esclarecer que o auditor externo **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, também será responsável pela realização do serviço de auditoria externa do grupo Naturgy – controlador da CEG – e das demais empresas controladas pelo grupo no Brasil. Desta forma, a contratação teve o objetivo de manter apenas um único auditor externo realizando os serviços de auditoria das empresas do grupo no Brasil.

Em 07/07/2022, foi aprovado um aditivo contratual para realizar uma Auditoria Completa adicional na data base de 30.06.2022 apenas em atendimento a necessidade do acionista controlador.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	53	56	0	0	0
Não-liderança	96	167	0	0	0
TOTAL = 372	149	223	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	2	80	3	14	0	0	10
Não-liderança	2	145	18	74	0	0	24
TOTAL = 372	4	225	21	88	0	0	34

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	83	26
Não-liderança	8	208	47
TOTAL = 372	8	291	73

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	1	2	0	106	0	0
Não-liderança	0	6	4	250	1	2
TOTAL = 372	1	8	4	356	1	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	1	0	0	0
Nordeste	4	4	0	0	0
Centro-Oeste	1	3	0	0	0
Sudeste	143	213	0	0	0
Sul	0	1	0	0	0
Exterior	1	1	0	0	0
TOTAL = 372	149	223	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	1	0	0	0
Nordeste	0	3	3	2	0	0	0
Centro-Oeste	0	1	1	2	0	0	0
Sudeste	4	219	17	82	0	0	34
Sul	0	1	0	0	0	0	0
Exterior	0	1	0	1	0	0	0
TOTAL = 372	4	225	21	88	0	0	34

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	1
Nordeste	0	8	0
Centro-Oeste	0	3	1
Sudeste	8	280	68
Sul	0	0	1
Exterior	0	0	2
TOTAL = 372	8	291	73

10.1 Descrição dos recursos humanos

Descrição

"Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações : **a.** número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem : **i.** identidade autodeclarada de gênero; **ii.** identidade autodeclarada de cor ou raça; **iii.** faixa etária; **iv.** outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes; **b.** número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica) **c.** índice de rotatividade

		Pessoas					
		Total por grupos com base na atividade			Total por localização Rio de Janeiro		
		2022	2021	2020	2022	2021	2020
Número de empregados	Diretivos (empregados)	91	92	98	91	92	98
	Administrativo	8	5	6	8	5	6
	Técnico	217	224	257	239	224	257
Número de Terceirizados	Administrativo/ apoio	78	90	99	78	90	99
	Área técnica	48	101	124	48	101	124
	Área Comercial/ Serv. Cliente	28	23	25	28	23	25
Índice e rotatividade	Empregados	5%	23%	8%	5%	23%	8%

O número de terceirizados refere-se aos prestadores de serviços / terceirizados que prestam serviços diretos para a empresa no município do Rio de Janeiro.

A informação relativa a diretivos (empregados) inclui os cargos de liderança.

Gênero	Qntd	%
Feminino	133	42%
Masculino	183	58%
Total	316	

Faixa etária	Qntd	%
<30	8	3%
30-40	94	30%
41-50	151	48%
51-60	53	17%
>60	10	3%
Total	316	

Raça	Qntd	%
Amarela	4	1%
Branca	188	59%
Parda	78	25%
Preta	18	6%
Não informado	28	9%
Total	316	

10.2 Alterações relevantes

Alterações relevantes

Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima:

O índice de rotatividade teve uma redução expressiva de 2021 para 2022 considerando o foco em desenvolvimento de pessoas e o baixo número de admissões no período.

Redução no número de terceirizados da área técnica por adequações contratuais realizadas visando a melhoria contínua em nossos processos.

Todas as atividades da Ceg são realizadas no estado do Rio de Janeiro.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Política remuneração dos empregados

Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Mobilidade Interna – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Coordenações – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de atuação profissional, conforme diretrizes e políticas estabelecidas anualmente.
- Comercial e Operações – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais, comerciais e industriais, conforme diretrizes e políticas estabelecidas anualmente.
- Colaboradores de convênio não contemplados pela variável comercial - programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são fixadas a partir de critérios objetivos.

b. Política de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece mais de 20 tipos de benefícios a seus empregados, os quais apontamos alguns exemplos a seguir:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes diretos legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. O plano possui uma das redes mais completas e abrangentes de todo Brasil. Além da cobertura ambulatorial e hospitalar, possui cobertura médica em viagem, assistência pessoal e descontos na compra de medicamentos. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Tem abrangência nacional, cobertura ampla e atendimento na rede credenciada ou livre escolha com reembolso.
3. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho.
4. Auxílio Excepcional: Pagamento mensal de valor estabelecido em Acordo Coletivo aos empregados(as) que possuírem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais; através da folha de pagamento, para realização de tratamento especializado.
5. Seguro de Vida em Grupo: Benefício custeado integralmente pela empresa, com inclusão automática, que garante em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado assistência financeira aos seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
6. Auxílio Funeral: Reembolsa despesas diretamente vinculadas ao funeral, em caso de falecimento do(a) empregado(a) e seus dependentes: esposo(a), companheiro(a) habilitado na previdência social, filho(a)/enteado(a) comprovadamente reconhecido e

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

menor de 21 anos, filho(a)/enteado(a) inválidos de qualquer idade e menores que estejam sob a guarda da responsabilidade do(a) empregado(a). O valor limite do reembolso é anualmente estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

7. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laboral em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.
8. Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário): Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborais, em gozo de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social e que não sejam participantes do GASIUS. Os critérios são pré estabelecidos e previstos em acordo coletivo.
9. Licença Maternidade e Paternidade: Com a adesão ao programa Empresa Cidadã, a Licença Maternidade foi prorrogada em 60 dias, em acréscimo aos 4 meses já previstos em lei. Para os pais, passam de 5 para 20 dias de licença. Neste período, a remuneração será integral.
10. Licença Adoção: Licença especial para empregados que adotarem crianças recém-nascidas até que completem 120 dias de nascimento, garantido o mínimo de 30 dias.
11. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados às entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. O benefício é concedido até os filhos completarem 6,5 anos de idade. Os valores são fixados em Acordo Coletivo de Trabalho.
12. Bolsa de Estudos: Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com limite estabelecido em Acordo Coletivo. O procedimento encontra-se disponível para consulta de todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um Comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
 - Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
 - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
 - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
 - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
 - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.
13. Cesta Básica: Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor são fixados no Acordo Coletivo de Trabalho.
14. Vale refeição / alimentação: Benefício concedido aos empregados para cobrir despesas com refeição. São fornecidos mensalmente créditos em cartão magnético, correspondente a 22 dias efetivos de trabalho. O benefício é concedido nos períodos de férias. Não é concedido em períodos de afastamentos. O empregado pode optar pelo recebimento do crédito dividido entre cartão refeição e cartão alimentação. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribui mensalmente com a quantia de R\$ 11,00.
15. Desconto na conta de Gás Residencial: Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial.
16. Empréstimo Emergencial: A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, com o propósito de auxiliar financeiramente seu empregado e família em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada corresponde até três remunerações e o desconto pode ser em até 12 meses, conforme definição em Acordo Coletivo de Trabalho.
17. Empréstimo para compra de Material Escolar: Empréstimo oferecido pela empresa nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando aquisição de material escolar dos empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada é definida em Acordo Coletivo de Trabalho e as parcelas são descontas em folha de pagamento em até seis meses.
18. Empréstimo Consignado: Regulamentado pela Lei n ° 10.820, de 17/12/2003, tem como objetivo propiciar recursos aos colaboradores a custos bem inferiores aos meios mais comuns de financiamentos, como por exemplo: cheque especial, cartão de crédito ou limites pré-aprovados; com a facilidade do desconto na folha de pagamento, possibilitando ao empregado acesso a orientação quanto ao seu planejamento financeiro.
19. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A contribuição é calculada a partir de um percentual do salário base escolhido pelo empregado e a empresa aporta valor igual ao aportado pelo empregado, de acordo com os critérios pré estabelecidos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

20. Jornada Reduzida: A empresa prevê em Acordo Coletivo de Trabalho a redução da jornada para 40 horas semanais, a fim de permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional de seus empregados (a legislação estabelece a carga horária em 44 horas semanais).
21. Flexibilização de Horário: A empresa possibilita diariamente a flexibilização de horário de entrada (entre 7h e 10h) para permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional; estabelece compensações entre dias pontes e saída antecipada às sextas feiras. Forma de trabalho híbrido, exceto atividades essenciais.
22. Abonos por faltas ao Serviço: Conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho, são concedidos abonos nas seguintes situações:
 - a. Assunto particular: 2 dias por ano (para pessoal de turno de revezamento);
 - b. Casamento: 5 dias úteis consecutivos, incluído o dia do casamento;
 - c. Falecimento de cônjuge, filhos e/ou enteados: 4 dias úteis consecutivos, incluído o dia do falecimento;
 - d. Internação de cônjuge, filhos, enteados e pais que vivem sob sua dependência: 2 dias no decorrer do ano;
 - e. Provas escolares: data da prova.

- c. **Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: 1. Grupos de beneficiários; 2. Condições para exercício; 3 Preços de exercício; 4. Prazos de exercício; 5. Quantidade de ações comprometidas pelo plano;**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

- d. **razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2. d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

A diferença se justifica pelo nível de responsabilidade, sendo atividade ligada a estratégia da empresa e responsabilidade direta dos resultados.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Relações emissor / sindicatos

Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

São realizadas de 04 (quatro) a 06 (seis) reuniões anuais com o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região – SINTERGIA-RJ, para a realização das negociações. As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos e por membros do Sindicato da classe.

As propostas são apresentadas em Assembleias aos Trabalhadores. Nos últimos exercícios realizada de forma remota pelo Sindicato.

A CEG foi privatizada em 1997, por meio do programa de desestatização do governo do estado do Rio de Janeiro, não sendo comum a realização de greves ou paralisações por iniciativa dos funcionários, fatos que não ocorreram nos últimos três exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes sobre os recursos humanos da Companhia além daquelas já informadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

Transações com partes relacionadas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Na reunião realizada em 03.12.2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia visando assegurar maior segurança e transparência para estas operações. Embora não haja previsão estatutária expressa, eventuais transações entre parte relacionadas, independentemente de valor ou objeto, são realizadas mediante aprovação prévia do Conselho de Administração da Companhia, mediante análise de contratos e documentos relacionado a cada transação, assegurando-se a transparência, independência e no interesse da Companhia. O Regimento Interno do Conselho de Administração prevê a sua competência e também do Comitê de Auditoria não estatutário quanto ao acompanhamento das contratações entre partes relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Gas Natural Serviços S/A	01/01/2007	262.241,24	Cer.ca .de .R\$.152.974,05	Não. é .pos.sív.el .afe.rir	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum					
Objeto contrato	Assessoria de pessoal - cooperação técnica administrativa					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes					
Natureza e razão para a operação	O Grupo Naturgy mantém a mesma estrutura administrativa para todas as empresas controladas no Brasil e compartilha parte desta estrutura com a GNS, sendo remunerada através deste contrato.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Gas Natural Fenosa Engineering Brasil SA	01/04/2014	212.320,00	Cer.ca .de .R\$.128.853,33	N.ão .é p.oss.íve.l a.ufe.rir	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Pertencem ao mesmo grupo econômico					
Objeto contrato	Cooperação técnico-administrativa					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	A qualquer momento por manifestação das partes					
Natureza e razão para a operação	O Grupo Naturgy mantém a mesma estrutura administrativa para todas as empresas controladas no Brasil e compartilha parte desta estrutura com a GNFe, sendo remunerada através deste contrato.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Gas Natural Serviços S/A	28/03/2011	0,00	O valor do contrato é variável apurado com base no resultado das atividades exercidas	Não é possível auferir	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresas sobre controle comum					
Objeto contrato	Venda de equipamentos a gás e prestação de serviços para clientes da CEG					
Garantia e seguros	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Por manifestação de qualquer das partes					
Natureza e razão para a operação	A prestação do serviço visa fomentar o fornecimento de gás por meio da ampliação de equipamentos a gás nas unidades consumidoras (clientes)					
Posição contratual do emissor	Devedor					
CEG RIO S/A	02/01/2003	16.844.958,38	Ce.rca. de R\$. 16.844.958,38 (anualmente)	Não. é .pos.sív.el .afe.rir	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum					
Objeto contrato	Assessoria de informática – cooperação técnica administrativa					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes					
Natureza e razão para a operação	O Grupo Naturgy mantém a mesma estrutura administrativa para todas as empresas controladas no Brasil sendo a mão de obra centralizada da CEG. O contrato versa sobre a remuneração da mão de obra pela sua atividade relacionada a CEG RIO, outra empresa do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Gas Natural Informática S/A	01/01/2021	2.823.300,00	R.\$ 1.646.925,00 (sofre impacto por cotação do euro)	Não. é .pos.sív.el .afe.rir	31/01/2023	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de informática e outras avenças					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.					
Natureza e razão para a operação	O Grupo Naturgy, que é o controlador e o operador técnico da CEG, mantém os mesmos sistemas informáticos para todas as empresas controladas em todos os 23 países onde está presente, possibilitando consolidação de dados (pelo controlador), maior eficiência e maior controle das atividades de suas controladas. Os sistemas atualmente desenvolvidos pela empresa de informática do Grupo são o resultado da evolução e da experiência do grupo relativamente ao serviço de distribuição de gás.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Gas Natural SDG S/A	03/01/2005	1.440.000,00	R.\$ 1.440.000,0 (anualmente) impactado por cotação euro	N.ão .é p.oss.íve.l a.ufe.rir	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Reembolso de salários e encargos de expatriados					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio ou quando não houver mais expatriados auferindo salários pagos pela Companhia					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de remuneração e encargos relativos a cargos de gestão ocupados por espatriados (pessoas consideradas chave para o negócio)					
Posição contratual do emissor	Credor					
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	1.047.742,69	Cer.ca .de .R\$.611.183,23	Não. é .pos.siv.el .afe.rir	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum					
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.					
Natureza e razão para a operação	O Grupo Naturgy mantém a mesma estrutura administrativa para todas as empresas controladas no Brasil sendo a mão de obra centralizada da CEG. O contrato versa sobre a remuneração da mão de obra pela sua atividade relacionada a GNSPS, outra empresa do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Transações com partes relacionadas

Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

**n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses;
o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado"**

- (i) De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia possui exclusividade na prestação do serviço de distribuição de gás canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do Estado). A mesma se aplica à empresa que presta o mesmo serviço na região do interior do Estado, a qual é controlada pelo mesmo grupo econômico. Tais características, principalmente tendo em conta a falta de concorrência na prestação do serviço específico, resultam naturalmente, no compartilhamento de práticas operacionais. Desta forma, a contratação entre as partes submetidas ao controle comum (ressaltando-se que uma companhia não possui participação acionária na outra) não resulta em conflitos de interesses.
- (ii) Da mesma forma, em se tratando o grupo controlador de operador técnico da Companhia, conforme definido no programa estadual de desestatização, a utilização da tecnologia desenvolvida por empresa do mesmo grupo, no Brasil ou no exterior, também não resulta em conflitos de interesses, posto que na verdade, trata-se justamente da operacionalização do serviço pelo operador técnico.
- (iii) As transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos, buscando informações comparativas no mercado, inclusive com relação à capacitação técnica para a realização do objeto do contrato;
- (iv) Muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (v) Além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (vi) As condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos país onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses, se houver, sejam atendidos, caso a caso.

11.3 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/04/2018		644.459.816,32	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
259.637.732	0	259.637.732	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/04/2017		587.923.363,25	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
259.637.732	0	259.637.732	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/04/2016		544.499.820,60	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
259.637.732	0	259.637.732	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/04/2015		442.829.673,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
51.927.546.473	0	51.927.546.473	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2014		362.585.443,49	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
51.927.546.473	0	51.927.546.473	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/04/2013	Totalmente integralizado	362.342.011,76	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
51.927.546.473	0	51.927.546.473	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/04/2013	Totalmente integralizado	362.342.011,76	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
51.927.546.473	0	51.927.546.473	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos;

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos são distribuídos anualmente

b. direito de voto;

Pleno

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando: i. Condições; ii. efeitos sobre o capital social;

Não.

d. direitos no reembolso de capital;

Não.

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle;

Não.

f. restrições à circulação;

Não.

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários;

Os direitos estão assegurados estatutariamente, somente podendo ser alterados por meio de deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas que altere o Estatuto Social da Companhia, destacando-se que o direito a dividendos observa a legislação societária vigente.

h. possibilidade de resgate de ações, indicando: i. hipóteses de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não.

i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação;

Não.

j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável;

Não.

k. outras características relevantes.

A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia possui apenas ações ordinárias, não tendo emitido valores mobiliários nos últimos três exercícios.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia possui apenas ações ordinárias, não possuindo em circulação nenhum outro valor mobiliário.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não emite ou emitiu títulos no exterior no atual ou nos últimos três exercícios.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não emite ou emitiu títulos no exterior no atual ou nos últimos três exercícios.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários no atual exercício e nem os três últimos exercícios.

12.9 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre valores mobiliários

A Companhia entende necessário destacar que não emitiu outros valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, no atual exercício social e nem nos três últimos exercícios sociais. Não foram feitas ofertas públicas de distribuição nos últimos três exercícios.

Em 27/04/2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando sobre a realização de um grupamento da totalidade das ações da Companhia, aprovado na AGOE realizada em 27/04/2016. O objetivo do referido grupamento de ações foi atender à obrigação prevista no item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, (estabelece que os valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA devem ser cotados a, ao menos, R\$1,00 por unidade). Assim, a Companhia procedeu o grupamento de suas ações, mantendo a proporção da participação de todos os seus acionistas. Desta forma, o total de ações da Companhia passou de 51.927.546.473, anteriormente negociadas em lotes de 1000 (mil) ações, para 259.637.732 negociadas em unidades. Todas as ações emitidas pela CEG são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Também em Abril de 2016 o nome de sua controladora Gas Natural Internacional SDG S/A foi alterado, passando a denominar-se Gas Natural Distribución Latinoamérica S/A. A modificação tratou-se apenas de alteração da razão social da empresa, mantendo-se a participação acionária, portanto não havendo qualquer alteração no controle da Companhia ou das demais participações acionárias dos demais acionistas..

Ao final de 2018, o então Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico da Companhia, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, todas as empresas operadas e controladas pelo Grupo no Brasil também passaram a incorporar a nova marca em sua identidade visual, porém sem alteração da razão social. A mudança da marca e da identidade visual da Companhia não decorrem e nem resultam em mudança do seu controle acionário, nem em qualquer alteração de sua composição acionária ou de sua administração. Essa mudança foi precedida de comunicação à Agencia Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA e, desde o seu lançamento, passou a ser divulgada amplamente, a fim de informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da empresa, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

Importante destacar também, com relação ao item 12.3 e ao item 12.4 deste Formulário de Referência, que a Companhia não emitiu nos últimos três exercícios sociais valores mobiliários, de qualquer natureza, além de suas ações ordinárias. Assim, tais itens não se aplicam à Companhia.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Katia Brito Repsold

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Márcio Gomes Vargas

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

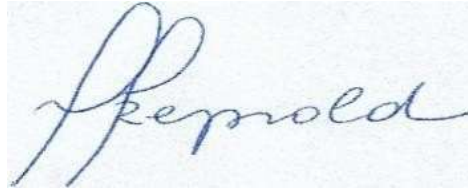
Cargo do responsável

13.1 Declaração do diretor presidente

Declaração da diretora presidente

Kátia Brito Repsold, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade nº 00623164227 expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.239.027-83, com escritório na Av. das Américas, nº 4.200, salas 101 a 601, Barra da Tijuca, CEP: 22640-907, Rio de Janeiro, RJ, eleita ao cargo de Diretora Presidente na reunião do Conselho de Administração realizada em 27/03/2023, com prazo de mandato pelo período de 01 (um) ano, declaro que revi o Formulário de referência. Assim, declaro que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 14 a 19; que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2023.

A handwritten signature in blue ink, reading "K. Repsold", is centered on a light blue rectangular background.

KÁTIA BRITO REPSOLD

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaração do diretor de relações com investidores

Márcio Gomes Vargas, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.400.247-39, com escritório na Av. das Américas, nº 4.200, salas 101 a 601, Barra da Tijuca, CEP: 22640-907, Rio de Janeiro, RJ, eleito ao cargo de Diretor Econômico Financeiro e de Relações com Investidores na reunião do Conselho de Administração realizada em 25/03/2022, com prazo de mandato pelo período de 01 (um) ano, declaro que revi as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data de minha posse; e todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 14 a 19.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2023



MÁRCIO GOMES VARGAS

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que: a. reviram o formulário de referência; b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

As declarações das informações constantes do item 13 deste Formulário de referência foram prestadas individualmente pela Diretora Presidente da Companhia e pelo Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com investidores, respectivamente nos itens 13.1 e 13.2, destacando-se que os mencionados cargos não são exercidos cumulativamente por uma só pessoa.